

PREGÃO ELETRÔNICO

90019/2026

CONTRATANTE (UASG)

Grupamento de Apoio de Belém (120628)

OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.015.843,78

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme data de sessão pública no sistema Compras Governamentais (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Conforme item 3.6 do Edital.

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	Erro! Indicador não definido.
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	Erro! Indicador não definido.
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	Erro! Indicador não definido.
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	Erro! Indicador não definido.
7. DA FASE DE JULGAMENTO	Erro! Indicador não definido.
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	Erro! Indicador não definido.
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	Erro! Indicador não definido.
11. DOS RECURSOS	Erro! Indicador não definido.
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	Erro! Indicador não definido.
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	Erro! Indicador não definido.
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	Erro! Indicador não definido.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

PREGÃO ELETRÔNICO
Comando da Aeronáutica

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2026
Processo Administrativo nº 67215.006863/2025-11

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DA AERONAUTICA, CNPJ 00.394.429/0197-15, por meio do(a) GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM, sediado(a) JULIO CESAR S/N, SN, bairro SOUZA, na cidade de BELEM/PA, CEP 66613902, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 14/05/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 353 (trezentos e cinquenta e três) itens isolados e 43 (quarenta e três) grupos, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens Grupos 1,2,3,5,6,7,8,9,10,12,34 e 39 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. pessoas físicas;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.17. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.
item (ns) e/ou grupo (s).

6.1.2. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	DESCRIÇÃO/ GRUPO	Serviço

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	DESCRIÇÃO/ GRUPO	R\$ 0,01

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até

dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

~~7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;~~

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. conter vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou SOBC.BABE@GMAIL.COM.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl.sti.fab.mil.br/epags/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sobc.babe@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.5. ANEXO V - Termo de Ciência e concordância

16.11.6. ANEXO VI- Modelo de Proposta

Belém , 5 de fevereiro de 2026



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL - PREGÃO ELETRONICO 90019-2026
Data/Hora de Criação:	10/04/2026 14:33:25
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	85ef6375da04032405180c849eb455f0
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 24/04/2026 às 12:22:19 no horário oficial de Brasília.

GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Termo de Referência 16/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2026	120628-GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA	09/04/2026 14:23 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		67215.XXXXXX /20XX-XX

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - FREEZER HORIZONTAL COM UMA PORTA, CAPACIDADE DE 500 LITROS, MARCA ELETROLUX E FRICON.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
1	GRUPO 1 - ITEM 1 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	10	R\$ 2.116,67	R\$ 21.166,70
2	GRUPO 1 - ITEM 2 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10	R\$ 785,89	R\$ 7.858,90
3	GRUPO 1 - ITEM 3 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10	R\$ 455,93	R\$ 4.559,30
4	GRUPO 1 - ITEM 4 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	10	R\$ 1.539,00	R\$ 15.390,00
5	GRUPO 1 - ITEM 5 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 860,00	R\$ 8.600,00
6	GRUPO 1 - ITEM 6 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 916,67	R\$ 9.166,70
TOTAL DO GRUPO					R\$ 66.741,60

GRUPO 2 - BEBEDOURO COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS, MARCA GELATA, COM 04 TORNEIRAS.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL

7	GRUPO 2 - ITEM 7 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água.	SV	10	R\$ 676,67	R\$ 6.766,70
8	GRUPO 2 - ITEM 8 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	8	R\$ 646,67	R\$ 5.173,36
9	GRUPO 2 - ITEM 9 - Fornecimento e substituição de torneira em inox.	SV	8	R\$ 559,67	R\$ 4.477,36
10	GRUPO 2 - ITEM 10 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 516,33	R\$ 4.130,64
11	GRUPO 2 - ITEM 11 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	8	R\$ 616,67	R\$ 4.933,36
12	GRUPO 2 - ITEM 12 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8	R\$ 1.076,67	R\$ 8.613,36
13	GRUPO 2 - ITEM 13 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 900,00	R\$ 7.200,00
14	GRUPO 2 - ITEM 14 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 900,00	R\$ 7.200,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 48.494,78

GRUPO 3 - CENTRAL DE ÁGUA GELADA, EM AÇO INOX, MARCA COZIL, COM CAPACIDADE PARA 300 LITROS, COM DUAS TORNEIRAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
15	GRUPO 3 - ITEM 15 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água.	SV	10	R\$ 736,67	R\$ 7.366,70
16	GRUPO 3 - ITEM 16 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	8	R\$ 793,00	R\$ 6.344,00
17	GRUPO 3 - ITEM 17 - Fornecimento e substituição de torneira em inox.	SV	8	R\$ 699,33	R\$ 5.594,64
18	GRUPO 3 - ITEM 18 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 693,33	R\$ 5.546,64
19	GRUPO 3 - ITEM 19 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	8	R\$ 694,00	R\$ 5.552,00
20	GRUPO 3 - ITEM 20 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
21	GRUPO 3 - ITEM 21 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 903,33	R\$ 7.226,64
22	GRUPO 3 - ITEM 22 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 903,33	R\$ 7.226,64
TOTAL DO GRUPO					R\$ 52.857,26

GRUPO 4 - REFRESQUEIRA COM DOIS COPOS, CAPACIDADE DE 16 LITROS, MARCA VENÂNCIO, 220V, RV 116/ RV216

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
23	GRUPO 4 - ITEM 23 - Fornecimento e substituição de reservatório acrílico completo (duas de 16 L).	SV	12	R\$ 1.536,67	R\$ 18.440,04
24	GRUPO 4 - ITEM 24 - Fornecimento e substituição de torneira completa (acionador, torre branca, mola, etc).	SV	12	R\$ 883,33	R\$ 10.599,96
	GRUPO 4 - ITEM 25 - Fornecimento e				

25	substituição do anel de vedação da cuba.	SV	12	R\$ 816,67	R\$ 9.800,04
26	GRUPO 4 - ITEM 26 - Fornecimento e substituição de pá agitador	SV	12	R\$ 870,00	R\$ 10.440,00
27	GRUPO 4 - ITEM 27 - Fornecimento e substituição da torre suporte	SV	12	R\$ 960,00	R\$ 11.520,00
28	GRUPO 4 - ITEM 28 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12	R\$ 1.966,67	R\$ 23.600,04
29	GRUPO 4 - ITEM 29 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12	R\$ 1.433,33	R\$ 17.199,96
TOTAL DO GRUPO					R\$ 101.600,04

GRUPO 5 - MÁQUINA PARA FABRICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE GELO 150 KG, MARCA EVEREST E HEXPORT, MODELO EGC 150, 220 V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
30	GRUPO 5 - ITEM 30 - Fornecimento e substituição da válvula solenoide.	SV	10	R\$ 740,67	R\$ 7.406,70
31	GRUPO 5 - ITEM 31 - Fornecimento e substituição de relê térmico.	SV	10	R\$ 642,33	R\$ 6.423,30
32	GRUPO 5 - ITEM 32 - Fornecimento e substituição do filtro secador.	SV	10	R\$ 670,33	R\$ 6.703,30
33	GRUPO 5 - ITEM 33 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10	R\$ 733,33	R\$ 7.333,30
34	GRUPO 5 - ITEM 34 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água	SV	10	R\$ 526,67	R\$ 5.266,70
35	GRUPO 5 - ITEM 35 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10	R\$ 2.932,00	R\$ 29.320,00
36	GRUPO 5 - ITEM 36 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 853,33	R\$ 8.533,30
37	GRUPO 5 - ITEM 37 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 820,00	R\$ 8.200,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 79.186,60

GRUPO 6 - MÁQUINA PARA FABRICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE GELO, MARCA EUFRIGOR, EVEREST E HEXPORT, MODELO EC 80 A, KW 220, TENSÃO DE 220 V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
38	GRUPO 6 - ITEM 38 - Fornecimento e substituição da válvula solenoide.	SV	10	R\$ 646,67	R\$ 6.466,70
39	GRUPO 6 - ITEM 39 - Fornecimento e substituição de relê térmico.	SV	10	R\$ 576,67	R\$ 5.766,70
40	GRUPO 6 - ITEM 40 - Fornecimento e substituição do filtro secador.	SV	10	R\$ 566,67	R\$ 5.666,70
41	GRUPO 6 - ITEM 41 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
42	GRUPO 6 - ITEM 42 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água	SV	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00
43	GRUPO 6 - ITEM 43 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10	R\$ 2.733,33	R\$ 27.333,30
44	GRUPO 6 - ITEM 44 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com	SV	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00

	fornecimento de materiais necessários.				
45	GRUPO 6 - ITEM 45 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 73.733,40

GRUPO 7 - REFRIGERADOR HORIZONTAL 04 PORTAS, MARCA ELVI, EM AÇO INOX, 220V, COM COMPRESSOR ACOPLADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
46	GRUPO 7 - ITEM 46 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8	R\$ 1.333,33	R\$ 10.666,64
47	GRUPO 7 - ITEM 47 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8	R\$ 1.566,67	R\$ 12.533,36
48	GRUPO 7 - ITEM 48 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 666,67	R\$ 5.333,36
49	GRUPO 7 - ITEM 49 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8	R\$ 790,00	R\$ 6.320,00
50	GRUPO 7 - ITEM 50 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.100,00	R\$ 8.800,00
51	GRUPO 7 - ITEM 51 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.100,00	R\$ 8.800,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 52.453,36

GRUPO 8 - REFRIGERADOR DUPLEX, 445 L, FROS FREE 220/ 127 V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
52	GRUPO 8 - ITEM 52 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8	R\$ 2.933,33	R\$ 23.466,64
53	GRUPO 8 - ITEM 53 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8	R\$ 716,67	R\$ 5.733,36
54	GRUPO 8 - ITEM 54 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 650,00	R\$ 5.200,00
55	GRUPO 8 - ITEM 55 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8	R\$ 783,33	R\$ 6.266,64
56	GRUPO 8 - ITEM 56 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 933,33	R\$ 7.466,64
57	GRUPO 8 - ITEM 57 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 800,00	R\$ 6.400,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 54.533,28

GRUPO 9 - BALCÃO TÉRMICO REFRIGERADO PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MARCA ALJA E ELVI, 220V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
58	GRUPO 9 - ITEM 58 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	10	R\$ 773,33	R\$ 7.733,30
59	GRUPO 9 - ITEM 59 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10	R\$ 2.832,67	R\$ 28.326,70
60	GRUPO 9 - ITEM 60 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10	R\$ 786,67	R\$ 7.866,70
61	GRUPO 9 - ITEM 61 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10	R\$ 750,00	R\$ 7.500,00

62	GRUPO 9 - ITEM 62 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.033,33	R\$ 10.333,30
63	GRUPO 9 - ITEM 63 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
TOTAL DO GRUPO				R\$ 69.760,00	

GRUPO 10 - PASS-TROUGH REFRIGERADO COZIL, ELVI e FÊNIX COZINHAS.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
64	GRUPO 10 - ITEM 64 - Fornecimento e substituição de termostato	SV	10	R\$ 850,00	R\$ 8.500,00
65	GRUPO 10 - ITEM 65 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10	R\$ 850,00	R\$ 8.500,00
66	GRUPO 10 - ITEM 66 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00
67	GRUPO 10 - ITEM 67 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00
68	GRUPO 10 - ITEM 68 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
69	GRUPO 10 - ITEM 69 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 933,33	R\$ 9.333,30
TOTAL DO GRUPO				R\$ 67.833,30	

GRUPO 11 - FREEZER HORIZONTAL EM INÓX 1, 2 E 3 PORTAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
70	GRUPO 11 - ITEM 70 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8	R\$ 2.000,00	R\$ 16.000,00
71	GRUPO 11 - ITEM 71 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8	R\$ 786,67	R\$ 6.293,36
72	GRUPO 11 - ITEM 72 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 5.500,00	R\$ 44.000,00
73	GRUPO 11 - ITEM 73 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8	R\$ 700,00	R\$ 5.600,00
74	GRUPO 11 - ITEM 74 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.433,33	R\$ 11.466,64
75	GRUPO 11 - ITEM 75 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.200,00	R\$ 9.600,00
TOTAL DO GRUPO				R\$ 92.960,00	

GRUPO 12 - FRIGOBAR (REFRIGERADOR)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
76	GRUPO 12 - ITEM 76 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	10	R\$ 2.066,67	R\$ 20.666,70
77	GRUPO 12 - ITEM 77 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10	R\$ 756,67	R\$ 7.566,70
78	GRUPO 12 - ITEM 78 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10	R\$ 583,33	R\$ 5.833,30
	GRUPO 12 - ITEM 79 - Fornecimento e				

79	substituição do micro motor ventilador	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
80	GRUPO 12 - ITEM 80 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 1.083,33	R\$ 10.833,30
81	GRUPO 12 - ITEM 81 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.283,33	R\$ 12.833,30
TOTAL DO GRUPO					R\$ 65.733,30

GRUPO 13 - CÂMARA FRIGORÍFICA DE RESFRIAMENTO: CÂMARA DE VEGETAIS; LATICÍNIOS; HORT FRUIT; DESCONGELAMENTO; FINALIZADOS; USO DIÁRIO; CÂMARA DE CARNES E LIXO: CARACTERÍSTICAS: TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO 5°C A 10°C, TODAS COM 1 (UM) QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO, UTILIZANDO GÁS R404A CADA EQUIPAMENTO. POLIFRIO, DÁNICA E GUIMARÃES NASSER.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
82	GRUPO 13 - ITEM 82 - Fornecimento e substituição da contatora compatível com o quadro de comando.	SV	15	R\$ 4.700,00	R\$ 70.500,00
83	GRUPO 13 - ITEM 83 - Fornecimento e substituição do disjuntor trifásico C32 a C63.	SV	15	R\$ 1.450,00	R\$ 21.750,00
84	GRUPO 13 - ITEM 84 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da unidade condensadora.	SV	15	R\$ 8.000,00	R\$ 120.000,00
85	GRUPO 13 - ITEM 85 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do compressor.	SV	15	R\$ 8.600,00	R\$ 129.000,00
86	GRUPO 13 - ITEM 86 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do termômetro digital.	SV	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
87	GRUPO 13 - ITEM 87 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do controlador de temperatura MICRO TC 900 .	SV	15	R\$ 1.266,67	R\$ 19.000,05
88	GRUPO 13 - ITEM 88 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do motor ventilador exaustor axial da unidade condensadora.	SV	15	R\$ 1.600,00	R\$ 24.000,00
89	GRUPO 13 - ITEM 89 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da resistência de degelo da unidade evaporadora.	SV	15	R\$ 1.433,33	R\$ 21.499,95
90	GRUPO 13 - ITEM 90 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição de relé falta de fase.	SV	15	R\$ 1.150,00	R\$ 17.250,00
91	GRUPO 13 - ITEM 91 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15	R\$ 2.933,33	R\$ 43.999,95
92	GRUPO 13 - ITEM 92 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15	R\$ 3.000,00	R\$ 45.000,00

TOTAL DO GRUPO				R\$ 534.499,95
-----------------------	--	--	--	-----------------------

GRUPO 14 - CÂMARA FRIGORÍFICA DE CONGELAMENTO PARA ESTOCAGEM DE CARNES, FRANGO E PESCADOS, CARACTERÍSTICAS: TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO A -18°C (NEGATIVO), 220 TRIFÁSICO 1 QUADROS DE COMANDO E UNIDADES EVAPORADORAS E UNIDADE CONDESSADORA, UTILIZANDO GÁS R404A. POLIFRIO, DÁNICA E GUIMARÃES NASSER.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
93	GRUPO 14 - ITEM 93 - Fornecimento e substituição da contatora compatível com o quadro de comando.	SV	15	R\$ 4.100,00	R\$ 61.500,00
94	GRUPO 14 - ITEM 94 - Fornecimento e substituição do disjuntor trifásico C32 a C63.	SV	15	R\$ 2.233,33	R\$ 33.499,95
95	GRUPO 14 - ITEM 95 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da unidade condensadora.	SV	15	R\$ 3.300,00	R\$ 49.500,00
96	GRUPO 14 - ITEM 96 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do compressor.	SV	15	R\$ 9.000,00	R\$ 135.000,00
97	GRUPO 14 - ITEM 97 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do termômetro digital.	SV	15	R\$ 2.300,00	R\$ 34.500,00
98	GRUPO 14 - ITEM 98 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do controlador de temperatura MICRO TC 900 .	SV	15	R\$ 1.000,00	R\$ 15.000,00
99	GRUPO 14 - ITEM 99 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do motor ventilador exaustor axial da unidade condensadora.	SV	15	R\$ 8.500,00	R\$ 127.500,00
100	GRUPO 14 - ITEM 100 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição de relé falta de fase.	SV	15	R\$ 1.200,00	R\$ 18.000,00
101	GRUPO 14 - ITEM 101 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15	R\$ 3.333,33	R\$ 49.999,95
102	GRUPO 14 - ITEM 102 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15	R\$ 3.500,00	R\$ 52.500,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 576.999,90

GRUPO 15 - CALDEIRÃO A GÁS OU AUTOCLAVE, MARCA TOPEMA, IRON TEC, GRUNOX, STEEL E ELVI, CAPACIDADE 200 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
103	GRUPO 15 - ITEM 103 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	8	R\$ 1.566,67	R\$ 12.533,36
104	GRUPO 15 - ITEM 104 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	16	R\$ 1.466,67	R\$ 23.466,72
	GRUPO 15 - ITEM 105 - Fornecimento e				

105	substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	16	R\$ 1.300,00	R\$ 20.800,00
106	GRUPO 15 - ITEM 106 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	16	R\$ 1.500,00	R\$ 24.000,00
107	GRUPO 15 - ITEM 107 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	16	R\$ 1.200,00	R\$ 19.200,00
108	GRUPO 15 - ITEM 108 - Fornecimento e substituição de torniquete com esfera.	SV	16	R\$ 3.000,00	R\$ 48.000,00
109	GRUPO 15 - ITEM 109 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	16	R\$ 900,00	R\$ 14.400,00
110	GRUPO 15 - ITEM 110 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
111	GRUPO 15 - ITEM 111 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	8	R\$ 1.200,00	R\$ 9.600,00
112	GRUPO 15 - ITEM 112 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	16	R\$ 1.800,00	R\$ 28.800,00
113	GRUPO 15 - ITEM 113 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	16	R\$ 2.200,00	R\$ 35.200,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 244.000,08

GRUPO 16 - CALDEIRÃO A GÁS AUTOCLAVE, VAPOR AMERICANO, MARCA STEEL, CAPACIDADE 500 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
114	GRUPO 16 - ITEM 114 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	6	R\$ 1.566,67	R\$ 9.400,02
115	GRUPO 16 - ITEM 115 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	6	R\$ 1.366,67	R\$ 8.200,02
116	GRUPO 16 - ITEM 116 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	6	R\$ 1.633,33	R\$ 9.799,98
117	GRUPO 16 - ITEM 117 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	6	R\$ 1.200,00	R\$ 7.200,00
118	GRUPO 16 - ITEM 118 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	6	R\$ 1.100,00	R\$ 6.600,00
119	GRUPO 16 - ITEM 119 - Fornecimento e substituição De torniquete com esfera.	SV	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
120	GRUPO 16 - ITEM 120 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	6	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
121	GRUPO 16 - ITEM 121 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	6	R\$ 1.200,00	R\$ 7.200,00

122	GRUPO 16 - ITEM 122 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	6	R\$ 1.200,00	R\$ 7.200,00
123	GRUPO 16 - ITEM 123 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	6	R\$ 2.633,33	R\$ 15.799,98
124	GRUPO 16 - ITEM 124 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 107.400,00

GRUPO 17 - CALDEIRÃO A GÁS, MODULAR, MARCA TOPEMA, STEEL, GRUNOX E ELVI, CAPACIDADE 300 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
125	GRUPO 17 - ITEM 125 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	8	R\$ 1.700,00	R\$ 13.600,00
126	GRUPO 17 - ITEM 126 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	8	R\$ 966,67	R\$ 7.733,36
127	GRUPO 17 - ITEM 127 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	8	R\$ 1.333,33	R\$ 10.666,64
128	GRUPO 17 - ITEM 128 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	8	R\$ 1.083,33	R\$ 8.666,64
129	GRUPO 17 - ITEM 129 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	8	R\$ 1.100,00	R\$ 8.800,00
130	GRUPO 17 - ITEM 130 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	8	R\$ 1.200,00	R\$ 9.600,00
131	GRUPO 17 - ITEM 131 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	8	R\$ 1.300,00	R\$ 10.400,00
132	GRUPO 17 - ITEM 132 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	8	R\$ 1.290,00	R\$ 10.320,00
133	GRUPO 17 - ITEM 133 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
134	GRUPO 17 - ITEM 134 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 2.500,00	R\$ 20.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 123.786,64

GRUPO 18 - FRIGIDEIRA BASCULANTE A GÁS, CAPACIDADE 80 LITROS, MARCA ELVI E COZIL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
135	GRUPO 18 - ITEM 135 - Fornecimento e substituição de regulador de gás vazão 12kg/h GLP.	SV	12	R\$ 1.266,67	R\$ 15.200,04
	GRUPO 18 - ITEM 136 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para				

136	gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	12	R\$ 1.100,00	R\$ 13.200,00
137	GRUPO 18 - ITEM 137 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	12	R\$ 933,33	R\$ 11.199,96
138	GRUPO 18 - ITEM 138 - Fornecimento e substituição da válvula de segurança e piloto.	SV	12	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
139	GRUPO 18 - ITEM 139 - Fornecimento e substituição do registro de gás .	SV	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
140	GRUPO 18 - ITEM 140 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
141	GRUPO 18 - ITEM 141 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12	R\$ 1.800,00	R\$ 21.600,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 108.000,00

GRUPO 19 - DESCASCADOR DE TUBÉRCULOS, 10 A 12 KG, MARCA HOBART, METVISA, SKYMSSEN, ROBOT COUPE CL 50 ULTRA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
142	GRUPO 19 - ITEM 142 - Fornecimento e substituição de correia.	SV	10	R\$ 1.033,33	R\$ 10.333,30
143	GRUPO 19 - ITEM 143 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	10	R\$ 1.100,00	R\$ 11.000,00
144	GRUPO 19 - ITEM 144 - Fornecimento e substituição da chave liga/ desliga.	SV	10	R\$ 666,67	R\$ 6.666,70
145	GRUPO 19 - ITEM 145 - Fornecimento e substituição de plug para tomada 20 A/ 220 V.	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
146	GRUPO 19 - ITEM 146 - Fornecimento e substituição do disco abrasivo.	SV	10	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00
147	GRUPO 19 - ITEM 147 - Serviço de rebobinamento do motor.	SV	10	R\$ 1.266,67	R\$ 12.666,70
148	GRUPO 19 - ITEM 148 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.700,00	R\$ 17.000,00
149	GRUPO 19 - ITEM 149 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 1.800,00	R\$ 18.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 91.666,70

GRUPO 20 - MULTIPROCESSADOR INDUSTRIAL MARCA ROBOT COUPE CL 50 E METVISA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
150	GRUPO 20 - ITEM 150 - Fornecimento e substituição dos discos.	SV	8	R\$ 1.800,00	R\$ 14.400,00
151	GRUPO 20 - ITEM 151 - Fornecimento e substituição de plug para tomada 20 A/ 220 V.	SV	8	R\$ 500,00	R\$ 4.000,00
152	GRUPO 20 - ITEM 152 - Fornecimento e substituição do botão liga/desliga.	SV	8	R\$ 600,00	R\$ 4.800,00
153	GRUPO 20 - ITEM 153 - Fornecimento e substituição de disco fatiar 2 mm ou 5 mm	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
	GRUPO 20 - ITEM 154 - Fornecimento e				

154	substituição de disco ralar 2 mm	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
155	GRUPO 20 - ITEM 155 - Fornecimento e substituição de disco grade cubo 5X5X5 mm ou 10x10x10 mm	SV	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
156	GRUPO 20 - ITEM 156 - Serviço de rebobinamento do motor.	SV	8	R\$ 1.300,00	R\$ 10.400,00
157	GRUPO 20 - ITEM 157 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
158	GRUPO 20 - ITEM 158 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.800,00	R\$ 14.400,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 88.000,00

GRUPO 21 - FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS ELVI, PROGÁS E STEEL MECÂNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
159	GRUPO 21 - ITEM 159 - Fornecimento e substituição de “bocas” de saída das chamas.	SV	20	R\$ 883,33	R\$ 17.666,60
160	GRUPO 21 - ITEM 160 - Fornecimento e substituição dos registros acendedores.	SV	20	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
161	GRUPO 21 - ITEM 161 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	20	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00
162	GRUPO 21 - ITEM 162 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica de gás, com 1,5 m de comprimento e 1/2” macho /fêmea.	SV	20	R\$ 900,00	R\$ 18.000,00
163	GRUPO 21 - ITEM 163 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
164	GRUPO 21 - ITEM 164 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 1.933,33	R\$ 38.666,60
TOTAL DO GRUPO					R\$ 137.333,20

GRUPO 22 – CHAPA MODULAR A GÁS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
165	GRUPO 22 - ITEM 165 - Fornecimento e substituição dos queimadores e bicos injetores.	SV	16	R\$ 866,67	R\$ 13.866,72
166	GRUPO 22 - ITEM 166 - Fornecimento e substituição da mesa em inox para suporte da chapa.	SV	16	R\$ 1.600,00	R\$ 25.600,00
167	GRUPO 22 - ITEM 167 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	16	R\$ 950,00	R\$ 15.200,00
168	GRUPO 22 - ITEM 168 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica de gás, com 1,5 m de comprimento e 1/2” macho /fêmea.	SV	16	R\$ 1.033,33	R\$ 16.533,28
169	GRUPO 22 - ITEM 169 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais	SV	16	R\$ 1.633,33	R\$ 26.133,28

	necessários.				
170	GRUPO 22 - ITEM 170 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	16	R\$ 1.533,33	R\$ 24.533,28
TOTAL DO GRUPO					R\$ 121.866,56

GRUPO 23 - CONJUNTO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (COIFAS)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
171	GRUPO 23 - ITEM 171 - Serviço de desmontagem e remontagem de dutos verticais e horizontais para limpeza com produto desengordurante apropriado.	SV	30	R\$ 3.100,00	R\$ 93.000,00
172	GRUPO 23 - ITEM 172 - Serviço de desmontagem e remontagem de caixa plenun para limpeza com produto desengordurante apropriado.	SV	8	R\$ 1.966,67	R\$ 15.733,36
173	GRUPO 23 - ITEM 173 - Serviço de limpeza de coifa com produto desengordurante apropriado.	SV	30	R\$ 1.600,00	R\$ 48.000,00
174	GRUPO 23 - ITEM 174 - Manutenção preventiva no exaustor axial e demais ajustes necessários.	SV	30	R\$ 1.400,00	R\$ 42.000,00
175	GRUPO 23 - ITEM 175 - Serviço de instalação com fornecimento do chapéu chinês.	SV	10	R\$ 3.533,33	R\$ 35.333,30
176	GRUPO 23 - ITEM 176 - Serviço de instalação com fornecimento de material de correia B-79.	SV	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
177	GRUPO 23 - ITEM 177 - Manutenção corretiva no motor 10 CV WEG BU08416 IP55, anexo a caixa plenun.	SV	8	R\$ 2.800,00	R\$ 22.400,00
178	GRUPO 23 - ITEM 178 - Serviço de instalação com fornecimento de ventilador /exaustor axial industrial 40 ou 50 cm.	SV	16	R\$ 1.406,67	R\$ 22.506,72
179	GRUPO 23 - ITEM 179 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 1.933,33	R\$ 38.666,60
180	GRUPO 23 - ITEM 180 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 2.500,00	R\$ 50.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 392.639,98

GRUPO 24 – FORNO COMBINADO SELF COOKING CENTER WHITE EFFICIENCY RATIONAL SCC WE 20 GN'S					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
181	GRUPO 24 - ITEM 181 - Fornecimento e substituição de mangueira de aço trançada para gás com conexões macho/ fêmea de 3/4", com 1,5 m de comprimento e diâmetro interno 3/4".	SV	8	R\$ 2.233,33	R\$ 17.866,64
182	GRUPO 24 - ITEM 182 - Fornecimento e substituição do regulador de gás, modelo 76510 de 50kg/h, Pe. Max 18 Bar (amarelo).	SV	8	R\$ 1.866,67	R\$ 14.933,36

183	GRUPO 24 - ITEM 183 - Fornecimento e substituição da tubulação do dreno de CPVC (alta temperatura) de 50 mm (2") de 3 m, com as conexões;	SV	8	R\$ 2.000,00	R\$ 16.000,00
184	GRUPO 24 - ITEM 184 - Fornecimento e substituição do motor turbina com vedante radial de eixo	SV	8	R\$ 5.333,33	R\$ 42.666,64
185	GRUPO 24 - ITEM 185 - Fornecimento e substituição da placa eletrônica display/ CPU SCC 61-202.	SV	8	R\$ 9.800,00	R\$ 78.400,00
186	GRUPO 24 - ITEM 186 - Fornecimento e substituição do MEAT PROBE SENSOR SCC 61-102 SCC line, SCC 61-102.	SV	8	R\$ 1.866,67	R\$ 14.933,36
187	GRUPO 24 - ITEM 187 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide double SCC line 230-240V.	SV	8	R\$ 1.300,00	R\$ 10.400,00
188	GRUPO 24 - ITEM 188 - Fornecimento e substituição da junta da placa de vidro/ trolley.	SV	8	R\$ 1.266,67	R\$ 10.133,36
189	GRUPO 24 - ITEM 189 - Fornecimento e substituição do triple válvula solenóide.	SV	8	R\$ 1.266,67	R\$ 10.133,36
190	GRUPO 24 - ITEM 190 - Fornecimento e substituição do manguito da calha de gotejamento SCC line 61-102.	SV	8	R\$ 1.200,00	R\$ 9.600,00
191	GRUPO 24 - ITEM 191 - Fornecimento e substituição do eletrodo 2 para ar quente SCC line 61.	SV	8	R\$ 1.300,00	R\$ 10.400,00
192	GRUPO 24 - ITEM 192 - Fornecimento e substituição do blower para burner NRG118 SCC WE.	SV	8	R\$ 2.433,33	R\$ 19.466,64
193	GRUPO 24 - ITEM 193 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 4.400,00	R\$ 35.200,00
194	GRUPO 24 - ITEM 194 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 2.433,33	R\$ 19.466,64
TOTAL DO GRUPO					R\$ 309.600,00

GRUPO 25 – FORNO COMBINADO ICOMBI PRO RATIONAL 10 GN'S					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
195	GRUPO 25 - ITEM 195 - Fornecimento e substituição de mangueira de aço trançada para gás com conexões macho/ fêmea de 3 /4", com 1,5 m de comprimento e diâmetro interno 3/4".	SV	8	R\$ 1.700,00	R\$ 13.600,00
196	GRUPO 25 - ITEM 196 - Fornecimento e substituição do regulador de gás, modelo 76510 de 50kg/h, Pe. Max 18 Bar (amarelo).	SV	8	R\$ 1.800,00	R\$ 14.400,00
197	GRUPO 25 - ITEM 197 - Fornecimento e substituição da tubulação do dreno de CPVC (alta temperatura) de 50 mm (2") de 3 m, com as conexões;	SV	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
198	GRUPO 25 - ITEM 198 - Fornecimento e substituição do motor turbina com vedante radial de eixo		8	R\$ 4.833,33	R\$ 38.666,64

199	GRUPO 25 - ITEM 199 - Fornecimento e substituição da placa eletrônica display/ CPU SCC 61-202.	SV	8	R\$ 6.833,33	R\$ 54.666,64
200	GRUPO 25 - ITEM 200 - Fornecimento e substituição do MEAT PROBE SENSOR SCC 61-102 SCC line, SCC 61-102.	SV	8	R\$ 1.933,33	R\$ 15.466,64
201	GRUPO 25 - ITEM 201 - ITEM 4 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide double SCC line 230-240V.	SV	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
202	GRUPO 25 - ITEM 202 - Fornecimento e substituição da junta da placa de vidro/ trolley.	SV	8	R\$ 1.600,00	R\$ 12.800,00
203	GRUPO 25 - ITEM 203 - Fornecimento e substituição do triple válvula solenóide.	SV	8	R\$ 1.700,00	R\$ 13.600,00
204	GRUPO 25 - ITEM 204 - Fornecimento e substituição do manguito da calha de gotejamento SCC line 61-102.	SV	8	R\$ 1.400,00	R\$ 11.200,00
205	GRUPO 25 - ITEM 205 - Fornecimento e substituição do eletrodo 2 para ar quente SCC line 61.	SV	8	R\$ 1.400,00	R\$ 11.200,00
206	GRUPO 25 - ITEM 206 - Fornecimento e substituição do blower para burner NRG118 SCC WE.	SV	8	R\$ 8.600,00	R\$ 68.800,00
207	GRUPO 25 - ITEM 207 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.		8	R\$ 3.566,67	R\$ 28.533,36
208	GRUPO 25 - ITEM 208 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 330.933,28

GRUPO 26 - BATEDEIRA INDUSTRIAL 40 LITROS, MARCA HOBART, PLANETÁRIA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
209	GRUPO 26 - ITEM 209 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	8	R\$ 873,33	R\$ 6.986,64
210	GRUPO 26 - ITEM 210 - Fornecimento e substituição do conjunto de chave 3 velocidades	SV	8	R\$ 866,67	R\$ 6.933,36
211	GRUPO 26 - ITEM 211 - Fornecimento e troca da cuba em inox	SV	8	R\$ 1.289,00	R\$ 10.312,00
212	GRUPO 26 - ITEM 212 - Fornecimento e substituição dos garfos batedores	SV	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
213	GRUPO 26 - ITEM 213 - Fornecimento e substituição da chave temporizadora	SV	8	R\$ 922,67	R\$ 7.381,36
214	GRUPO 26 - ITEM 214 - Fornecimento e substituição da placa da chave temporizadora	SV	8	R\$ 866,33	R\$ 6.930,64
215	GRUPO 26 - ITEM 215 - Fornecimento e troca de óleo lubrificante compatível.	SV	8	R\$ 860,00	R\$ 6.880,00
216	GRUPO 26 - ITEM 216 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.833,33	R\$ 14.666,64
217	GRUPO 26 - ITEM 217 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.600,00	R\$ 12.800,00

TOTAL DO GRUPO					R\$ 84.890,64
-----------------------	--	--	--	--	----------------------

GRUPO 27 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 25 L, MARCA SKYSEN E METVISA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
218	GRUPO 27 - ITEM 218 - Fornecimento e substituição de bucha de vedação.	SV	8	R\$ 900,00	R\$ 7.200,00
219	GRUPO 27 - ITEM 219 - Fornecimento e substituição de lâmina cortante.	SV	8	R\$ 933,33	R\$ 7.466,64
220	GRUPO 27 - ITEM 220 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8	R\$ 1.066,67	R\$ 8.533,36
221	GRUPO 27 - ITEM 221 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8	R\$ 1.533,33	R\$ 12.266,64
222	GRUPO 27 - ITEM 222 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 933,33	R\$ 7.466,64
223	GRUPO 27 - ITEM 223 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 3.666,67	R\$ 29.333,36
224	GRUPO 27 - ITEM 224 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 2.666,67	R\$ 21.333,36
TOTAL DO GRUPO					R\$ 93.600,00

GRUPO 28 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 19 L SKYSEN E METVISA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
225	GRUPO 28 - ITEM 225 - Fornecimento e substituição de bucha de vedação.	SV	8	R\$ 900,00	R\$ 7.200,00
226	GRUPO 28 - ITEM 226 - Fornecimento e substituição de lâmina cortante.	SV	8	R\$ 933,33	R\$ 7.466,64
227	GRUPO 28 - ITEM 227 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8	R\$ 1.066,67	R\$ 8.533,36
228	GRUPO 28 - ITEM 228 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8	R\$ 1.533,33	R\$ 12.266,64
229	GRUPO 28 - ITEM 229 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 633,33	R\$ 5.066,64
230	GRUPO 28 - ITEM 230 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 3.666,67	R\$ 29.333,36
231	GRUPO 28 - ITEM 231 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 2.666,67	R\$ 21.333,36
TOTAL DO GRUPO					R\$ 91.200,00

GRUPO 29 - BALCÃO TÉRMICO AQUECIDO PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CAPACIDADE PARA 06 GNS, MARCA ELVI, COZIL E FÊNIX COZINHAS, 220V.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
232	GRUPO 29 - ITEM 232 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	15	R\$ 1.933,33	R\$ 28.999,95
233	GRUPO 29 - ITEM 233 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	15	R\$ 2.066,67	R\$ 31.000,05
234	GRUPO 29 - ITEM 234 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	15	R\$ 1.233,33	R\$ 18.499,95
	GRUPO 29 - ITEM 235 - Fornecimento e				

235	substituição do botão liga/ desliga.	SV	15	R\$ 1.500,00	R\$ 22.500,00
236	GRUPO 29 - ITEM 236 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15	R\$ 1.833,33	R\$ 27.499,95
237	GRUPO 29 - ITEM 237 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15	R\$ 1.866,67	R\$ 28.000,05
TOTAL DO GRUPO					R\$ 156.499,95

GRUPO 30 - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS DE CESTO DE PASSAGEM, WINTERHALTER, SÉRIE PT, 220V.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
238	GRUPO 30 - ITEM 238 - Fornecimento e substituição do tubo de aspiração para detergente.	SV	12	R\$ 950,00	R\$ 11.400,00
239	GRUPO 30 - ITEM 239 - Fornecimento e substituição do cilindro do filtro.	SV	12	R\$ 1.233,33	R\$ 14.799,96
240	GRUPO 30 - ITEM 240 - Fornecimento e substituição do campo de lavagem rotativo.	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
241	GRUPO 30 - ITEM 241 - Fornecimento e substituição do filtro de aspiração da bomba.	SV	12	R\$ 1.633,33	R\$ 19.599,96
242	GRUPO 30 - ITEM 242 - Fornecimento e substituição do Ecrã (táctil).	SV	12	R\$ 4.166,67	R\$ 50.000,04
243	GRUPO 30 - ITEM 243 - Fornecimento e substituição do botão tecla iniciar.	SV	12	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
244	GRUPO 30 - ITEM 244 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide	SV	12	R\$ 1.433,33	R\$ 17.199,96
245	GRUPO 30 - ITEM 245 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	12	R\$ 3.566,67	R\$ 42.800,04
246	GRUPO 30 - ITEM 246 - Fornecimento e substituição de bomba de enxague/ lavagem.	SV	12	R\$ 5.566,67	R\$ 66.800,04
247	GRUPO 30 - ITEM 247 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	12	R\$ 1.833,33	R\$ 21.999,96
248	GRUPO 30 - ITEM 248 - Revisão dos motores (lavagem/enxágue) com rebobinamento dos mesmos.	SV	12	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
249	GRUPO 30 - ITEM 249 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12	R\$ 2.833,33	R\$ 33.999,96
250	GRUPO 30 - ITEM 250 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12	R\$ 2.666,67	R\$ 32.000,04
TOTAL DO GRUPO					R\$ 382.599,96

GRUPO 31 - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS DE CESTO DE PASSAGEM, WINTERHALTER, SÉRIE UF-M/ UF-L, 220V.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
251	GRUPO 31 - ITEM 251 - Fornecimento e substituição do tubo de aspiração para detergente.	SV	10	R\$ 966,67	R\$ 9.666,70
	GRUPO 31 - ITEM 252 - Fornecimento e				

252	substituição do cilindro do filtro.	SV	10	R\$ 1.233,33	R\$ 12.333,30
253	GRUPO 31 - ITEM 253 - Fornecimento e substituição do campo de lavagem rotativo.	SV	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
254	GRUPO 31 - ITEM 254 - Fornecimento e substituição do filtro de aspiração da bomba.	SV	10	R\$ 1.633,33	R\$ 16.333,30
255	GRUPO 31 - ITEM 255 - Fornecimento e substituição do Ecrã (táctil).	SV	10	R\$ 4.166,67	R\$ 41.666,70
256	GRUPO 31 - ITEM 256 - Fornecimento e substituição do botão tecla iniciar.	SV	10	R\$ 1.700,00	R\$ 17.000,00
257	GRUPO 31 - ITEM 257 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide	SV	10	R\$ 1.433,33	R\$ 14.333,30
258	GRUPO 31 - ITEM 258 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	10	R\$ 3.566,67	R\$ 35.666,70
259	GRUPO 31 - ITEM 259 - Fornecimento e substituição de bomba de enxague/ lavagem.	SV	10	R\$ 5.633,33	R\$ 56.333,30
260	GRUPO 31 - ITEM 260 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10	R\$ 1.900,00	R\$ 19.000,00
261	GRUPO 31 - ITEM 261 - Revisão dos motores (lavagem/enxágue) com rebobinamento dos mesmos.	SV	10	R\$ 2.933,33	R\$ 29.333,30
262	GRUPO 31 - ITEM 262 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 2.700,00	R\$ 27.000,00
263	GRUPO 31 - ITEM 263 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 2.700,00	R\$ 27.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 320.666,60

GRUPO 32 - FRITADEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA 80 LITROS, MARCA ELVI E COZI					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
264	GRUPO 32 - ITEM 264 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
265	GRUPO 32 - ITEM 265 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10	R\$ 933,33	R\$ 9.333,30
266	GRUPO 32 - ITEM 266 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10	R\$ 966,67	R\$ 9.666,70
267	GRUPO 32 - ITEM 267 - Fornecimento e substituição do volante com manivela.	SV	10	R\$ 1.300,00	R\$ 13.000,00
268	GRUPO 32 - ITEM 268 - Fornecimento e substituição do botão liga/ desliga.	SV	10	R\$ 1.433,33	R\$ 14.333,30
269	GRUPO 32 - ITEM 269 - Fornecimento e substituição do conjunto tomada steck 3P+T (macho e fêmea), 220 V.	SV	10	R\$ 1.833,33	R\$ 18.333,30
270	GRUPO 32 - ITEM 270 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.966,67	R\$ 19.666,70
271	GRUPO 32 - ITEM 271 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 114.333,30

GRUPO 33 - PASS-THROUGH AQUECIDO COZIL, ELVI, FRIGER e FÊNIX COZINHAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
272	GRUPO 33 - ITEM 272 - Fornecimento e substituição de resistência.	SV	12	R\$ 2.633,33	R\$ 31.599,96
273	GRUPO 33 - ITEM 273 - Fornecimento e substituição do aparelho controlador de temperatura digital.	SV	12	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
274	GRUPO 33 - ITEM 274 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
275	GRUPO 33 - ITEM 275 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	12	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
276	GRUPO 33 - ITEM 276 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12	R\$ 1.766,67	R\$ 21.200,04
277	GRUPO 33 - ITEM 277 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 102.000,00

GRUPO 34 – CORTADOR/ FATIADOR DE FRIOS , MARCAS: SKYMSEN, METVISA e ELVI, 220V					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
278	GRUPO 34 - ITEM 278 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8	R\$ 633,33	R\$ 5.066,64
279	GRUPO 34 - ITEM 279 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
280	GRUPO 34 - ITEM 280 - Fornecimento e substituição do regulador de espessura.	SV	8	R\$ 1.000,00	R\$ 8.000,00
281	GRUPO 34 - ITEM 281 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8	R\$ 900,00	R\$ 7.200,00
282	GRUPO 34 - ITEM 282 - Fornecimento e substituição do motor	SV	8	R\$ 2.200,00	R\$ 17.600,00
283	GRUPO 34 - ITEM 283 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.833,33	R\$ 14.666,64
284	GRUPO 34 - ITEM 284 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.666,67	R\$ 13.333,36
TOTAL DO GRUPO					R\$ 73.866,64

GRUPO 35 – MOEDOR DE CARNE, MARCA SKYMSEN, BERMAR, POLI, METVISA E C. A. F MÁQUINAS 220 V					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
285	GRUPO 35 - ITEM 285 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	9	R\$ 833,33	R\$ 7.499,97
286	GRUPO 35 - ITEM 286 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	9	R\$ 1.233,33	R\$ 11.099,97
287	GRUPO 35 - ITEM 287 - Fornecimento e substituição do motor	SV	9	R\$ 2.533,33	R\$ 22.799,97
288	GRUPO 35 - ITEM 288 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga	SV	9	R\$ 1.133,33	R\$ 10.199,97
289	GRUPO 35 - ITEM 289 - Fornecimento e substituição do volante C22	SV	9	R\$ 1.600,00	R\$ 14.400,00
290	GRUPO 35 - ITEM 290 - Fornecimento e substituição da placa com furo 1/8 ou 3/16	SV	9	R\$ 2.000,00	R\$ 18.000,00

291	GRUPO 35 - ITEM 291 - Fornecimento e substituição da faca cruzeta C22	SV	9	R\$ 1.600,00	R\$ 14.400,00
292	GRUPO 35 - ITEM 292 - Fornecimento e substituição da arruela de fibra/ celeron	SV	9	R\$ 1.100,00	R\$ 9.900,00
293	GRUPO 35 - ITEM 293 - Fornecimento e substituição do eixo caracol	SV	9	R\$ 1.566,67	R\$ 14.100,03
294	GRUPO 35 - ITEM 294 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	9	R\$ 2.333,33	R\$ 20.999,97
295	GRUPO 35 - ITEM 295 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	9	R\$ 2.200,00	R\$ 19.800,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 163.199,88

GRUPO 36 - BALANÇA DIGITAL WELMY CAPACIDADE: 500 KG					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
296	GRUPO 36 - ITEM 296 - Aferição/ calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	8	R\$ 2.366,67	R\$ 18.933,36
297	GRUPO 36 - ITEM 297 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	8	R\$ 1.566,67	R\$ 12.533,36
298	GRUPO 36 - ITEM 298 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.433,33	R\$ 11.466,64
299	GRUPO 36 - ITEM 299 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	8	R\$ 2.466,67	R\$ 19.733,36
300	GRUPO 36 - ITEM 300 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	8	R\$ 1.666,67	R\$ 13.333,36
301	GRUPO 36 - ITEM 301 - Fornecimento e substituição da fonte de alimentação.	SV	8	R\$ 1.600,00	R\$ 12.800,00
302	GRUPO 36 - ITEM 302 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 2.300,00	R\$ 18.400,00
303	GRUPO 36 - ITEM 303 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 2.100,00	R\$ 16.800,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 124.000,08

GRUPO 37 - BALANÇA DIGITAL DE SOLO FILIZOLA SLIM P600 CAPACIDADE: 600 KG					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
304	GRUPO 37 - ITEM 304 - Aferição/ calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	8	R\$ 2.366,67	R\$ 18.933,36
305	GRUPO 37 - ITEM 305 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	8	R\$ 1.533,33	R\$ 12.266,64
306	GRUPO 37 - ITEM 306 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 1.466,67	R\$ 11.733,36
307	GRUPO 37 - ITEM 307 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	8	R\$ 2.433,33	R\$ 19.466,64
308	GRUPO 37 - ITEM 308 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	8	R\$ 1.666,67	R\$ 13.333,36
	GRUPO 37 - ITEM 309 - Fornecimento e				

309	substituição da fonte de alimentação.	SV	8	R\$ 1.633,33	R\$ 13.066,64
310	GRUPO 37 - ITEM 310 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8	R\$ 2.266,67	R\$ 18.133,36
311	GRUPO 37 - ITEM 311 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8	R\$ 1.966,67	R\$ 15.733,36
TOTAL DO GRUPO					R\$ 122.666,72

GRUPO 38 - BALANÇA DIGITAL BALMAK ECONOMIC ELC - 15					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
312	GRUPO 38 - ITEM 312 - Aferição/calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	10	R\$ 1.933,33	R\$ 19.333,30
313	GRUPO 38 - ITEM 313 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	10	R\$ 1.466,67	R\$ 14.666,70
314	GRUPO 38 - ITEM 314 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 1.416,67	R\$ 14.166,70
315	GRUPO 38 - ITEM 315 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	10	R\$ 2.466,67	R\$ 24.666,70
316	GRUPO 38 - ITEM 316 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	10	R\$ 1.866,67	R\$ 18.666,70
317	GRUPO 38 - ITEM 317 - Fornecimento e substituição da fonte de alimentação.	SV	10	R\$ 1.733,33	R\$ 17.333,30
318	GRUPO 38 - ITEM 318 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10	R\$ 2.166,67	R\$ 21.666,70
319	GRUPO 38 - ITEM 319 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10	R\$ 1.633,33	R\$ 16.333,30
TOTAL DO GRUPO					R\$ 146.833,40

GRUPO 39 - FILTRO FITRALLI MODELO V8, ALTURA 145 CM, LARGURA 58 CM, DIÂMETRO 55 CM, PESO 270 KG, VAZÃO DE 4000 A 7000 L/H					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
320	GRUPO 39 - ITEM 320 - Manutenção preventiva incluindo a substituição dos Elementos filtrantes a base de cristais de quartzo.	SV	12	R\$ 1.566,67	R\$ 18.800,04
321	GRUPO 39 - ITEM 321 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais hidráulicos necessários, tipo: curva, luva roscada, válvula esfera, registro de esfera, etc.	SV	12	R\$ 1.733,33	R\$ 20.799,96
TOTAL DO GRUPO					R\$ 39.600,00

GRUPO 40 - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
322	GRUPO 40 - ITEM 322 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00

323	GRUPO 40 - ITEM 323 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20	R\$ 4.500,00	R\$ 90.000,00
324	GRUPO 40 - ITEM 324 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
325	GRUPO 40 - ITEM 325 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20	R\$ 733,33	R\$ 14.666,60
326	GRUPO 40 - ITEM 326 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
327	GRUPO 40 - ITEM 327 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20	R\$ 266,67	R\$ 5.333,40
328	GRUPO 40 - ITEM 328 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 3.966,67	R\$ 79.333,40
329	GRUPO 40 - ITEM 329 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 1.933,33	R\$ 38.666,60
TOTAL DO GRUPO					R\$ 318.000,00

GRUPO 41 - AR CONDICIONADO DE 30.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
330	GRUPO 41 - ITEM 330 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20	R\$ 966,67	R\$ 19.333,40
331	GRUPO 41 - ITEM 331 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20	R\$ 3.000,00	R\$ 60.000,00
332	GRUPO 41 - ITEM 332 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20	R\$ 1.000,00	R\$ 20.000,00
333	GRUPO 41 - ITEM 333 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00
334	GRUPO 41 - ITEM 334 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20	R\$ 1.366,67	R\$ 27.333,40
335	GRUPO 41 - ITEM 335 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20	R\$ 173,33	R\$ 3.466,60
336	GRUPO 41 - ITEM 336 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 2.966,67	R\$ 59.333,40
337	GRUPO 41 - ITEM 337 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 1.600,00	R\$ 32.000,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 251.466,80

GRUPO 42 - AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
338	GRUPO 42 - ITEM 338 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20	R\$ 985,33	R\$ 19.706,60
339	GRUPO 42 - ITEM 339 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20	R\$ 2.600,00	R\$ 52.000,00
340	GRUPO 42 - ITEM 340 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20	R\$ 944,67	R\$ 18.893,40
341	GRUPO 42 - ITEM 341 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20	R\$ 1.452,00	R\$ 29.040,00
	GRUPO 42 - ITEM 342 - Fornecimento e				

342	substituição da placa.	SV	20	R\$ 1.199,33	R\$ 23.986,60
343	GRUPO 42 - ITEM 343 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20	R\$ 146,00	R\$ 2.920,00
344	GRUPO 42 - ITEM 344 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 2.466,00	R\$ 49.320,00
345	GRUPO 42 - ITEM 345 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 1.878,00	R\$ 37.560,00
TOTAL DO GRUPO					R\$ 233.426,60

GRUPO 43 - AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO	TOTAL
346	GRUPO 43 - ITEM 346 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20	R\$ 800,00	R\$ 16.000,00
347	GRUPO 43 - ITEM 347 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20	R\$ 2.463,33	R\$ 49.266,60
348	GRUPO 43 - ITEM 348 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20	R\$ 866,67	R\$ 17.333,40
349	GRUPO 43 - ITEM 349 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20	R\$ 1.433,33	R\$ 28.666,60
350	GRUPO 43 - ITEM 350 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20	R\$ 1.066,67	R\$ 21.333,40
351	GRUPO 43 - ITEM 351 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20	R\$ 122,67	R\$ 2.453,40
352	GRUPO 43 - ITEM 352 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20	R\$ 1.933,00	R\$ 38.660,00
353	GRUPO 43 - ITEM 353 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20	R\$ 1.533,33	R\$ 30.666,60
TOTAL DO GRUPO					R\$ 204.380,00

TOTAL GERAL	R\$ 7.015.843,78
-------------	------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

4.1.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação NÃO será admitida a indicação de marcas, características ou modelos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Vistoria 4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços será iniciada em até 05 (cinco) dias para os serviços não considerados URGENTES e de 24 (horas) para os considerados URGENTES, contados a partir da solicitação formal, por email para início dos serviços.

5.1.2. Os serviços serão considerados URGENTES nos casos em que ocorrerem falhas nos equipamentos os quais poderão ocorrer atrasos, ou parada na produção, ou perda de materiais perecíveis.

5.1.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.1.5. Prazo para entrega do serviço será de no máximo 15 dias corridos, caso haja complexidade da manutenção seja tempo superior ao supramencionado, a empresa contratada deverá emitir expediente ao GAPBE e Unidades Apoiadas, justificando os motivos para a necessidade de extensão de prazo, ficando sujeita a aprovação.

5.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.1.8. Após a execução dos serviços, todos os espaços utilizados, inclusive paredes, tetos, portas e janelas, deverão ser entregues limpos, sem entulhos, sobra de material ou marcas de quaisquer naturezas, desde que originados pela contratada, cabendo reparo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação pela contratante.

5.1.9. Todos os trabalhadores deverão estar uniformizados e munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos para cada tipo de atividade – como botas, capacetes, luvas, óculos, entre outros.

5.1.10. Faz parte desse item toda a sinalização, barreiras, e demais Equipamentos de Proteção Coletiva, exigíveis por norma, que visem preservar a segurança dos empregados e a de terceiros.

5.1.11. Cabe à CONTRATADA responsabilizar-se pelo cumprimento das NRs – Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho Nº 4, 7 e 18, bem como as demais NRs aplicáveis às medidas preventivas de acidentes de trabalho.

5.1.12. Os serviços deverão ser executados conforme detalhamento constante em cada item.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão executados em horário de expediente, conforme Quadro de Trabalho Semanal das OM's (QTS), em nos seguintes endereços: a) Rancho GAP-BE complexo I COMAR - Av. Júlio César, s/n – Souza, CEP: 66613-902 – Belém-PA; b) Rancho GAP-BE complexo BABE - Rodovia Arthur Bernardes, s/nº - Bairro Val-de-Cães, CEP: 66115-000, Belém-PA; c) Rancho GAP-BE complexo COMARA - Av. Pedro Álvares Cabral, 7115 – Marambaia, CEP: 66613-150 - Belém-PA; d) Hospital de Aeronáutica de Belém - Av. Almirante Barroso 3492 – Souza, CEP: 66613-710 - Belém-PA; e e) Colégio Tenente Rêgo Barros - Av. Julio Cesar S/N – Souza, CEP: 66613- 902 - Belém-PA.

5.2.1. Em caráter URGENTE e a critério da contratante, os serviços poderão ser realizados em dias não úteis, finais de semana e feriados.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1. A contratada tem que ter todas as ferramentas e equipamentos em bom estado para execução do contrato se comprometendo a substituir a ferramenta ou equipamento inoperante em 24 horas;

5.3.2. É dever da contratada identificar todas as ferramentas e equipamentos usados nas dependências do GAP-BE e Unidades Apoiadas para que não venham a serem confundidas com as dessas organizações;

5.3.3. Todo pessoal em serviço deverá, por conta da Contratada, usar obrigatoriamente uniformes completos, bem como os equipamentos de segurança, individual e coletiva; e

5.3.4. As quantidades de EPI e EPC necessários aos diversos serviços deverão ser dimensionadas pelas Contratadas.

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 90 (noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.17.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.17.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará como Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o término (execução) do serviço contratado.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 2 (dois) dias.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA ou índice equivalente de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.44.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.44.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.44.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.44.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.45. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA ou índice equivalente, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

7.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.48. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.50. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.51. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.52. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.54. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.55. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.56. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.57. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.58. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.59. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.60. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.61. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.62. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.63. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.63.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.64. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 13/08/2025. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA ou índice equivalente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.65. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.66. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.67. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.68. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.69. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.70. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.71. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.71.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.71.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.71.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.71.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.72. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO CONTIDO NA TABELA 1.1 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de manutenção de equipamentos e câmaras frigoríficas, expedido por órgão competente.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2 serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá apresentar a indicação de profissional(is) de nível técnico ou superior, com formação compatível com o objeto da contratação, tais como **Engenheiro Mecânico, Engenheiro Industrial Mecânico ou Técnico em Refrigeração e Climatização**, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, a exemplo do **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no respectivo conselho, acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico (CAT), quando aplicável, que comprove(m) a execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de refrigeração, câmaras frigoríficas ou equipamentos de cozinha industrial, compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da contratação, sendo admitido o somatório de atestados para fins de comprovação.

9.39. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução do objeto contratual, sendo admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade, devendo tal condição ser comprovada mediante declaração da licitante, sem prejuízo de verificação pela Administração nos sistemas oficiais disponíveis.

9.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que demonstrada a vinculação com o(s) profissional(is) indicado(s) e observadas as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.47. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.47.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.47.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.47.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.47.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.47.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.47.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.47.6.1. ata de fundação;

9.47.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.47.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.47.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.47.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.47.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.47.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 7.015.843,78 (sete milhões, quinze mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Drielly Giselly Brito Pereira 1T QOCon Nut

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo]**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.26. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): em horário de expediente, conforme Quadro de Trabalho Semanal das OM's (QTS), em nos seguintes endereços: **a) Rancho GAP-BE complexo I COMAR** - Av. Júlio César, s/n – Souza, CEP: 66613-902 – Belém-PA; **b) Rancho GAPBE complexo BABE** - Rodovia Arthur Bernardes, s/nº - Bairro Val-de-Cães, CEP: 66115-000, Belém-PA; **c) Rancho GAP-BE complexo COMARA** - Av. Pedro Álvares Cabral, 7115 – Marambaia, CEP: 66613-150 - Belém-PA; **d) Hospital de Aeronáutica de Belém** - Av. Almirante Barroso 3492 – Souza, CEP: 66613-710 - Belém-PA; e **e) Colégio Tenente Rêgo Barros** - Av. Julio Cesar S/N – Souza, CEP: 66613- 902 - Belém-PA.

4.2. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

4.3. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

4.4. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

4.5. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.6. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.8. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.11. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.12. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.13. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.14. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.15. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.16. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*

4.16.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.16.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.16.3. florestas plantadas; e

4.16.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.16.5. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.16.5.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.16.5.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.16.5.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.16.5.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.17. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de

Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.17.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.18. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.18.3. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.18.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.18.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.18.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.18.5. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.18.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.19. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.19.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.19.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.19.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.19.4. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.19.5. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.19.6. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.19.7. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA

Adjunta a chefia da SSUB



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:20:06.

ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA

Encarregado da secretaria da SSUB



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 14:23:39.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR120628_000016_2026
Data/Hora de Criação:	09/04/2026 17:25:54
Páginas do Documento:	50
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	51
Hash MD5:	e41caa7940629fb47b3acb133f900b84
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ANDERSON WILLIAM FONSÊCA BARBOSA no dia 09/04/2026 às 14:27:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA no dia 09/04/2026 às 14:29:19 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FELIPE MAYWORM GERVASONI no dia 09/04/2026 às 14:30:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 24/04/2026 às 12:22:18 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Estudo Técnico Preliminar 154/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 67215.XXXXXXX/20XX-XX

2. Descrição da necessidade

A justificativa da necessidade se dá em virtude da necessidade da manutenção da rotina de trabalho do GAP-BE e suas unidades apoiadas para preparo e distribuição da alimentação da tropa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência do GAP-BE	DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA 1T QOCON Nut
Seção de Subsistência do GAP-BE	ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA 1S TAR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Não há nenhum requisito específico ou exclusivo para contratação.

5. Levantamento de Mercado

Trata o presente documento das justificativas para realização de pesquisa de preços, utilizando o parâmetro definido no Inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

Saliente-se que o mandamento constante do caput do § 1º artigo 5º da IN 65/2021, determinava que fossem priorizados os métodos dos incisos I e II.

Desta forma, resta claro que, havendo dificuldade para obediência à ordem definida no artigo 5º da IN 65/2021, não existe qualquer óbice legal para que a pesquisa seja realizada com base: em pesquisa com os fornecedores dentro do prazo de 6 (seis) meses, desde que, obviamente, sejam respeitados os demais dispositivos e condições constantes da mesma IN.

No caso concreto, certifica-se que na fase de formação do processo destinado ao serviços objeto do PAG em referência, a Administração apenas utilizou como parâmetro o estabelecido pelo inciso "IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 dias", do Art. 5º da IN 65/2021.

Tal opção levou em conta a dificuldade de obtenção de preços de serviços com características e quantidades similares às demandadas pela Administração no "painel de preços", "nas contratações similares de outros entes públicos", "na mídia e sítios especializados" e "na base nacional de notas fiscais".

Desta forma, tendo em vista a impossibilidade gerencial e fática verificada, restou à Administração efetuar ampla pesquisa relacionada ao ramo do objeto do processo.

Sobre o assunto, informa-se que o responsável por elaborar a Pesquisa de preço anexou ao processo o que determina o Art. 3º da Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021. Ademais foi-se dada a atenção para se fazer a pesquisa de preço condizente com o mercado local e no esgotamento das tentativas foi anexado uma pesquisa de outra região com valor similar com o da região.

O método utilizado para obtenção do preço estimado foi a média dos valores obtidos, utilizando no mínimo 3 (três) preços.

Ressalte-se que, conforme documentação autuada ao processo, foram devidamente cumpridos os requisitos previstos pela IN 65/2021, quais sejam, os preços obtidos não se diferenciam em mais de 180 dias e as cotações foram formalmente solicitadas aos fornecedores.

6. Descrição da solução como um todo

Após a pesquisa de mercado relacionada a essa aquisição, optou-se pelas especificações e quantitativos descritos neste instrumento. Dessa forma foi levado em conta o melhor custo x benefício, como também o atendimento das necessidades relacionadas pelo integrante requisitante e a área requisitante.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a demonstração de como foi estabelecida as quantidades estimadas a serem adquiridas, foram realizados os procedimentos abaixo, tomando-se o cuidado de não incluir condições que comprometam, restrinjam ou frustem o caráter competitivo do certame, sendo:

- a) Levantamento do histórico de demanda/consumo realizados pela equipe da Secretaria da Seção de Subsistência e Depósito de Gêneros Alimentícios do GAP-BE no período de janeiro a dezembro de 2023;
- b) Fornecimento para todas as Organizações arranchadas (BABE, I COMAR, GAP-BE, COMARA, HABE, CTRB, GSD-BE, SEREP-BE, DTINFRA-BE, 1º ETA, 3º/7º GAV e PABE);
- c) O apoio de refeições à Marinha do Brasil, ao 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Norte, situado dentro da área da BABE;
- d) Fornecimento de Lanches de Bordo e de Apoio, conforme ICA 145-3/2019;
- e) Foram disponibilizados créditos para serem aplicados em eventos institucionais, conforme Portaria 199/GC3, de 15 de dezembro de 2021;
- f) O Colégio Tenente Rêgo Barros utiliza o mesmo pregão, sendo os empenhos e a movimentação das entradas e saídas no SILOMS realizadas pelo próprio Colégio; e
- g) Foram inseridos no Termo de Referência novos itens, fins atender a necessidade de produtos cujo Processo anterior não contemplava.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.015.843,78

O custo estimado da contratação é de **R\$ 7.015.843,78 (sete milhões, quinze mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e oito centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A aquisição será feita de forma parcelada. Esse parcelamento possibilitará maior competitividade ao certame, já que propiciará a participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Ressalta-se que, com a escolha do parcelamento do objeto, a Administração respeitou os princípios de viabilidade técnica e econômica, não houve perda de escala, com isso objetivou-se o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A estimativa dos quantitativos foi feita tomando-se por base que a contratação é imprescindível às atividades do GAP-BE e OM apoiadas podendo, sua paralisação, comprometer a continuidade das atividades, caracteriza-se como serviços comuns na qual estão plenamente inseridos no Planejamento e Gerenciamento de Contratações do GAP-BE.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O certame em questão foi elaborado tendo em vista que servirá para manutenção da rotina de trabalho do Grupamento de Apoio de Belém e suas Unidades apoiadas para preparo e distribuição da alimentação da tropa, por meio da **Contratação do Serviço de Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da SSUB do GAP-BE e Unidades Apoiadas**, considerando o desenvolvimento sustentável e, Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas o desenvolvimento sustentável e, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

A administração tomou todas as providências para recebimento do material com a devida comissão publicada em Boletim Interno.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa deverá em seu processo de prestação dos serviços, adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao Art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/STLI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, no que tange a:

- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

- realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos fatos expostos neste Estudo Preliminar, tomando como diretriz superior a necessidade de prover a **Contratação do Serviço de Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas**, objetivando otimização e dinâmica na atividade fim da SSUB do GAP-BE, naquilo que tange o preparo e a distribuição de alimentação a GUARNAE-BE, promovendo as melhorias esperadas para as seções, e ainda, considerando o orçamento e prioridades, conforme justificado neste instrumento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA

Adjunta a Chefia da SSUB



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 12:31:09.

ANDERSON WILLIAM FONSECA BARBOSA

Encarregado da secretaria da SSUB



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 09:38:38.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 1542025
Data/Hora de Criação:	18/09/2025 15:52:50
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	187ce9b7abe06819bf09a3ffd6ead6cf
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ANDERSON WILLIAM FONSÊCA BARBOSA no dia 03/10/2025 às 11:54:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA no dia 03/10/2025 às 11:58:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA no dia 03/10/2025 às 12:08:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major FLÁVIO SOARES CARIRI LOPES no dia 06/10/2025 às 08:32:46 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LEANDRO LADISLAU DE SOUZA no dia 08/10/2025 às 17:20:50 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

**GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM**

(Processo Administrativo nºxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio do Grupamento de Apoio de Belém, com sede no(a) Av. Júlio César, s/nº, bairro Souza, Belém – Pará, CEP XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo Coronel Intendente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Ordenador de Despesas, nomeado pelo Boletim Interno Ostensivo nº XX, de X de XXXXXX de 202X, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da Seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1 - FREEZER HORIZONTAL COM UMA PORTA, CAPACIDADE DE 500 LITROS, MARCA ELETROLUX E FRICON.			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	GRUPO 1 - ITEM 1 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	10
2	GRUPO 1 - ITEM 2 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10
3	GRUPO 1 - ITEM 3 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10
4	GRUPO 1 - ITEM 4 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	10
5	GRUPO 1 - ITEM 5 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
6	GRUPO 1 - ITEM 6 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 2 - BEBEDOURO COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS, MARCA GELATA, COM 04 TORNEIRAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
7	GRUPO 2 - ITEM 7 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água.	SV	10
8	GRUPO 2 - ITEM 8 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	8
9	GRUPO 2 - ITEM 9 - Fornecimento e substituição de torneira em inóx.	SV	8
10	GRUPO 2 - ITEM 10 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
11	GRUPO 2 - ITEM 11 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	8
12	GRUPO 2 - ITEM 12 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8
13	GRUPO 2 - ITEM 13 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
14	GRUPO 2 - ITEM 14 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 3 - CENTRAL DE ÁGUA GELADA, EM AÇO INOX, MARCA COZIL, COM CAPACIDADE PARA 300 LITROS, COM DUAS TORNEIRAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
15	GRUPO 3 - ITEM 15 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água.	SV	10
16	GRUPO 3 - ITEM 16 - Fornecimento e substituição do motor do ventilador.	SV	8
17	GRUPO 3 - ITEM 17 - Fornecimento e substituição de torneira em inóx.	SV	8
18	GRUPO 3 - ITEM 18 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
19	GRUPO 3 - ITEM 19 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	8
20	GRUPO 3 - ITEM 20 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8
21	GRUPO 3 - ITEM 21 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
22	GRUPO 3 - ITEM 22 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 4 - REFRESQUEIRA COM DOIS COPOS, CAPACIDADE DE 16 LITROS, MARCA VENÂNCIO, 220V, RV 116/ RV216.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
23	GRUPO 4 - ITEM 23 - Fornecimento e substituição de reservatório acrílico completo (duas de 16 L).	SV	12
24	GRUPO 4 - ITEM 24 - Fornecimento e substituição de torneira completa (acionador, torre branca, mola, etc).	SV	12
25	GRUPO 4 - ITEM 25 - Fornecimento e substituição do anel de vedação da cuba.	SV	12
26	GRUPO 4 - ITEM 26 - Fornecimento e substituição de pá agitador	SV	12
27	GRUPO 4 - ITEM 27 - Fornecimento e substituição da torre suporte	SV	12
28	GRUPO 4 - ITEM 28 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12
29	GRUPO 4 - ITEM 29 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12

GRUPO 5 - MÁQUINA PARA FABRICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE GELO 150 KG, MARCA EVEREST E HEXPORT, MODELO EGC 150, 220 V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
30	GRUPO 5 - ITEM 30 - Fornecimento e substituição da válvula solenoide.	SV	10
31	GRUPO 5 - ITEM 31 - Fornecimento e substituição de relê térmico.	SV	10
32	GRUPO 5 - ITEM 32 - Fornecimento e substituição do filtro secador.	SV	10
33	GRUPO 5 - ITEM 33 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10
34	GRUPO 5 - ITEM 34 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água	SV	10
35	GRUPO 5 - ITEM 35 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10
36	GRUPO 5 - ITEM 36 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
37	GRUPO 5 - ITEM 37 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 6 - MÁQUINA PARA FABRICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE GELO, MARCA EUFRIGOR, EVEREST E HEXPORT, MODELO EC 80 A, KW 220, TENSÃO DE 220 V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
38	GRUPO 6 - ITEM 38 - Fornecimento e substituição da válvula solenoide.	SV	10
39	GRUPO 6 - ITEM 39 - Fornecimento e substituição de relê térmico.	SV	10
40	GRUPO 6 - ITEM 40 - Fornecimento e substituição do filtro secador.	SV	10
41	GRUPO 6 - ITEM 41 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10
42	GRUPO 6 - ITEM 42 - Fornecimento e substituição do elemento filtrante do filtro de água	SV	10
43	GRUPO 6 - ITEM 43 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10
44	GRUPO 6 - ITEM 44 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
45	GRUPO 6 - ITEM 45 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 7 - REFRIGERADOR HORIZONTAL 04 PORTAS, MARCA ELVI, EM AÇO INOX, 220V, COM COMPRESSOR ACOPLADO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
46	GRUPO 7 - ITEM 46 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8
47	GRUPO 7 - ITEM 47 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8
48	GRUPO 7 - ITEM 48 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
49	GRUPO 7 - ITEM 49 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8
50	GRUPO 7 - ITEM 50 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
51	GRUPO 7 - ITEM 51 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 8 - REFRIGERADOR DUPLEX, 445 L, FROS FREE 220/ 127 V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
52	GRUPO 8 - ITEM 52 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8

53	GRUPO 8 - ITEM 53 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8
54	GRUPO 8 - ITEM 54 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
55	GRUPO 8 - ITEM 55 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8
56	GRUPO 8 - ITEM 56 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
57	GRUPO 8 - ITEM 57 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 9 - BALCÃO TÉRMICO REFRIGERADO PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MARCA ALJA E ELVI, 220V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
58	GRUPO 9 - ITEM 58 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	10
59	GRUPO 9 - ITEM 59 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10
60	GRUPO 9 - ITEM 60 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10
61	GRUPO 9 - ITEM 61 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10
62	GRUPO 9 - ITEM 62 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
63	GRUPO 9 - ITEM 63 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 10 - PASS-TROUGH REFRIGERADO COZIL, ELVI e FÊNIX COZINHAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
64	GRUPO 10 - ITEM 64 - Fornecimento e substituição de termostato	SV	10
65	GRUPO 10 - ITEM 65 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10
66	GRUPO 10 - ITEM 66 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10
67	GRUPO 10 - ITEM 67 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	10
68	GRUPO 10 - ITEM 68 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
69	GRUPO 10 - ITEM 69 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 11 - FREEZER HORIZONTAL EM INÓX 1, 2 E 3 PORTAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
70	GRUPO 11 - ITEM 70 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	8
71	GRUPO 11 - ITEM 71 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	8
72	GRUPO 11 - ITEM 72 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
73	GRUPO 11 - ITEM 73 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	8
74	GRUPO 11 - ITEM 74 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
75	GRUPO 11 - ITEM 75 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 12 - FRIGOBAR (REFRIGERADOR) .

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
76	GRUPO 12 - ITEM 76 - Fornecimento e substituição de compressor.	SV	10
77	GRUPO 12 - ITEM 77 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10

78	GRUPO 12 - ITEM 78 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	10
79	GRUPO 12 - ITEM 79 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	10
80	GRUPO 12 - ITEM 80 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10
81	GRUPO 12 - ITEM 81 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10

GRUPO 13 - CÂMARA FRIGORÍFICA DE RESFRIAMENTO: CÂMARA DE VEGETAIS; LATICÍNIOS; HORT FRUIT; DESCONGELAMENTO; FINALIZADOS; USO DIÁRIO; CÂMARA DE CARNES E LIXO: CARACTERÍSTICAS: TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO 5°C A 10°C, TODAS COM 1 (UM) QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO, UTILIZANDO GÁS R404A CADA EQUIPAMENTO. POLIFRIO, DÁNICA E GUIMARÃES NASSER.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
82	GRUPO 13 - ITEM 82 - Fornecimento e substituição da contatora compatível com o quadro de comando.	SV	15
83	GRUPO 13 - ITEM 83 - Fornecimento e substituição do disjuntor trifásico C32 a C63.	SV	15
84	GRUPO 13 - ITEM 84 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da unidade condensadora.	SV	15
85	GRUPO 13 - ITEM 85 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do compressor.	SV	15
86	GRUPO 13 - ITEM 86 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do termômetro digital.	SV	15
87	GRUPO 13 - ITEM 87 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do controlador de temperatura MICRO TC 900 .	SV	15
88	GRUPO 13 - ITEM 88 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do motor ventilador exaustor axial da unidade condensadora.	SV	15
89	GRUPO 13 - ITEM 89 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da resistência de degelo da unidade evaporadora.	SV	15
90	GRUPO 13 - ITEM 90 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição de relé falta de fase.	SV	15
91	GRUPO 13 - ITEM 91 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15
92	GRUPO 13 - ITEM 92 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15

GRUPO 14 - CÂMARA FRIGORÍFICA DE CONGELAMENTO PARA ESTOCAGEM DE CARNES, FRANGO E PESCADOS, CARACTERÍSTICAS: TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO A -18°C (NEGATIVO), 220 TRIFÁSICO 1 QUADROS DE COMANDO E UNIDADES EVAPORADORAS E UNIDADE CONDESSADORA, UTILIZANDO GÁS R404A. POLIFRIO, DÁNICA E GUIMARÃES NASSER.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
93	GRUPO 14 - ITEM 93 - Fornecimento e substituição da contatora compatível com o quadro de comando.	SV	15
94	GRUPO 14 - ITEM 94 - Fornecimento e substituição do disjuntor trifásico C32 a C63.	SV	15
95	GRUPO 14 - ITEM 95 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição da unidade condensadora.	SV	15

96	GRUPO 14 - ITEM 96 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do compressor.	SV	15
97	GRUPO 14 - ITEM 97 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do termômetro digital.	SV	15
98	GRUPO 14 - ITEM 98 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do controlador de temperatura MICRO TC 900 .	SV	15
99	GRUPO 14 - ITEM 99 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição do motor ventilador exaustor axial da unidade condensadora.	SV	15
100	GRUPO 14 - ITEM 100 - Serviço de manutenção corretiva constando de fornecimento e substituição de relé falta de fase.	SV	15
101	GRUPO 14 - ITEM 101 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15
102	GRUPO 14 - ITEM 102 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15

GRUPO 15 - CALDEIRÃO A GÁS OU AUTOCLAVE, MARCA TOPEMA, IRON TEC, GRUNOX, STEEL E ELVI, CAPACIDADE 200 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
103	GRUPO 15 - ITEM 103 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	8
104	GRUPO 15 - ITEM 104 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	16
105	GRUPO 15 - ITEM 105 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	16
106	GRUPO 15 - ITEM 106 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	16
107	GRUPO 15 - ITEM 107 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	16
108	GRUPO 15 - ITEM 108 - Fornecimento e substituição de torniquete com esfera.	SV	16
109	GRUPO 15 - ITEM 109 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	16
110	GRUPO 15 - ITEM 110 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	8
111	GRUPO 15 - ITEM 111 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	8
112	GRUPO 15 - ITEM 112 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	16
113	GRUPO 15 - ITEM 113 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	16

GRUPO 16 - CALDEIRÃO A GÁS AUTOCLAVE, VAPOR AMERICANO, MARCA STEEL, CAPACIDADE 500 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
114	GRUPO 16 - ITEM 114 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	6
115	GRUPO 16 - ITEM 115 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	6
116	GRUPO 16 - ITEM 116 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	6

117	GRUPO 16 - ITEM 117 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	6
118	GRUPO 16 - ITEM 118 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	6
119	GRUPO 16 - ITEM 119 - Fornecimento e substituição De torniquete com esfera.	SV	6
120	GRUPO 16 - ITEM 120 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	6
121	GRUPO 16 - ITEM 121 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	6
122	GRUPO 16 - ITEM 122 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	6
123	GRUPO 16 - ITEM 123 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	6
124	GRUPO 16 - ITEM 124 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	6

GRUPO 17 - CALDEIRÃO A GÁS, MODULAR, MARCA TOPEMA, STEEL, GRUNOX E ELVI, CAPACIDADE 300 LITROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
125	GRUPO 17 - ITEM 125 - Fornecimento e substituição de manômetro de vapor.	SV	8
126	GRUPO 17 - ITEM 126 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	8
127	GRUPO 17 - ITEM 127 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	8
128	GRUPO 17 - ITEM 128 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	8
129	GRUPO 17 - ITEM 129 - Fornecimento e substituição de mangueira de alta temperatura de 1,5 m para água, com conexões macho/ fêmea de 1/2".	SV	8
130	GRUPO 17 - ITEM 130 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1/2".	SV	8
131	GRUPO 17 - ITEM 131 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura para gás.	SV	8
132	GRUPO 17 - ITEM 132 - Fornecimento e substituição de válvula esférica manual em metal de alta temperatura de 1" 1/2.	SV	8
133	GRUPO 17 - ITEM 133 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
134	GRUPO 17 - ITEM 134 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 18 - FRIGIDEIRA BASCULANTE A GÁS, CAPACIDADE 80 LITROS, MARCA ELVI E COZIL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
135	GRUPO 18 - ITEM 135 - Fornecimento e substituição de regulador de gás vazão 12kg/h GLP.	SV	12
136	GRUPO 18 - ITEM 136 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica para gás com conexões macho/ fêmea, com 1,5 m de comprimento e 1/2".	SV	12
137	GRUPO 18 - ITEM 137 - Fornecimento e substituição do conjunto queimador completo.	SV	12
138	GRUPO 18 - ITEM 138 - Fornecimento e substituição da válvula de segurança e piloto.	SV	12

139	GRUPO 18 - ITEM 139 - Fornecimento e substituição do registro de gás .	SV	12
140	GRUPO 18 - ITEM 140 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12
141	GRUPO 18 - ITEM 141 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12

GRUPO 19 - DESCASCADOR DE TUBÉRCULOS, 10 A 12 KG, MARCA HOBART, METVISA, SKYMSSEN, ROBOT COUPE CL 50 ULTRA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
142	GRUPO 19 - ITEM 142 - Fornecimento e substituição de correia.	SV	10
143	GRUPO 19 - ITEM 143 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	10
144	GRUPO 19 - ITEM 144 - Fornecimento e substituição da chave liga/ desliga.	SV	10
145	GRUPO 19 - ITEM 145 - Fornecimento e substituição de plug para tomada 20 A/ 220 V.	SV	10
146	GRUPO 19 - ITEM 146 - Fornecimento e substituição do disco abrasivo.	SV	10
147	GRUPO 19 - ITEM 147 - Serviço de rebobinamento do motor.	SV	10
148	GRUPO 19 - ITEM 148 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
149	GRUPO 19 - ITEM 149 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 20 - MULTIPROCESSADOR INDUSTRIAL MARCA ROBOT COUPE CL 50 E METVISA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
150	GRUPO 20 - ITEM 150 - Fornecimento e substituição dos discos.	SV	8
151	GRUPO 20 - ITEM 151 - Fornecimento e substituição de plug para tomada 20 A/ 220 V.	SV	8
152	GRUPO 20 - ITEM 152 - Fornecimento e substituição do botão liga/desliga.	SV	8
153	GRUPO 20 - ITEM 153 - Fornecimento e substituição de disco fatiar 2 mm ou 5 mm	SV	8
154	GRUPO 20 - ITEM 154 - Fornecimento e substituição de disco ralar 2 mm	SV	8
155	GRUPO 20 - ITEM 155 - Fornecimento e substituição de disco grade cubo 5X5X5 mm ou 10x10x10 mm	SV	8
156	GRUPO 20 - ITEM 156 - Serviço de rebobinamento do motor.	SV	8
157	GRUPO 20 - ITEM 157 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
158	GRUPO 20 - ITEM 158 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 21 - FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS ELVI, PROGÁS E STEEL MECÂNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
159	GRUPO 21 - ITEM 159 - Fornecimento e substituição de “bocas” de saída das chamas.	SV	20
160	GRUPO 21 - ITEM 160 - Fornecimento e substituição dos registros acendedores.	SV	20
161	GRUPO 21 - ITEM 161 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	20
162	GRUPO 21 - ITEM 162 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica de gás, com 1,5 m de comprimento e 1/2” macho/fêmea.	SV	20

163	GRUPO 21 - ITEM 163 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
164	GRUPO 21 - ITEM 164 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

GRUPO 22 – CHAPA MODULAR A GÁS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
165	GRUPO 22 - ITEM 165 - Fornecimento e substituição dos queimadores e bicos injetores.	SV	16
166	GRUPO 22 - ITEM 166 - Fornecimento e substituição da mesa em inóx para suporte da chapa.	SV	16
167	GRUPO 22 - ITEM 167 - Fornecimento e substituição de regulador de gás de vazão 12kg/h GLP.	SV	16
168	GRUPO 22 - ITEM 168 - Fornecimento e substituição de mangueira metálica de gás, com 1,5 m de comprimento e 1/2" macho/fêmea.	SV	16
169	GRUPO 22 - ITEM 169 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	16
170	GRUPO 22 - ITEM 170 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	16

GRUPO 23 - CONJUNTO DE SISTEMA DE EXAUSTÃO (COIFAS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
171	GRUPO 23 - ITEM 171 - Serviço de desmontagem e remontagem de dutos verticais e horizontais para limpeza com produto desengordurante apropriado.	SV	30
172	GRUPO 23 - ITEM 172 - Serviço de desmontagem e remontagem de caixa plenun para limpeza com produto desengordurante apropriado.	SV	8
173	GRUPO 23 - ITEM 173 - Serviço de limpeza de coifa com produto desengordurante apropriado.	SV	30
174	GRUPO 23 - ITEM 174 - Manutenção preventiva no exaustor axial e demais ajustes necessários.	SV	30
175	GRUPO 23 - ITEM 175 - Serviço de instalação com fornecimento do chapéu chinês.	SV	10
176	GRUPO 23 - ITEM 176 - Serviço de instalação com fornecimento de material de correia B-79.	SV	10
177	GRUPO 23 - ITEM 177 - Manutenção corretiva no motor 10 CV WEG BU08416 IP55, anexo a caixa plenun.	SV	8
178	GRUPO 23 - ITEM 178 - Serviço de instalação com fornecimento de ventilador/exaustor axial industrial 40 ou 50 cm.	SV	16
179	GRUPO 23 - ITEM 179 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
180	GRUPO 23 - ITEM 180 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

GRUPO 24 – FORNO COMBINADO SELF COOKING CENTER WHITE EFFICIENCY RATIONAL SCC WE 20 GN'S

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
181	GRUPO 24 - ITEM 181 - Fornecimento e substituição de mangueira de aço trançada para gás com conexões macho/ fêmea de 3/4", com 1,5 m de comprimento e diâmetro interno 3/4".	SV	8

182	GRUPO 24 - ITEM 182 - Fornecimento e substituição do regulador de gás, modelo 76510 de 50kg/h, Pe. Max 18 Bar (amarelo).	SV	8
183	GRUPO 24 - ITEM 183 - Fornecimento e substituição da tubulação do dreno de CPVC (alta temperatura) de 50 mm (2") de 3 m, com as conexões;	SV	8
184	GRUPO 24 - ITEM 184 - Fornecimento e substituição do motor turbina com vedante radial de eixo	SV	8
185	GRUPO 24 - ITEM 185 - Fornecimento e substituição da placa eletrônica display/ CPU SCC 61-202.	SV	8
186	GRUPO 24 - ITEM 186 - Fornecimento e substituição do MEAT PROBE SENSOR SCC 61-102 SCC line, SCC 61-102.	SV	8
187	GRUPO 24 - ITEM 187 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide double SCC line 230-240V.	SV	8
188	GRUPO 24 - ITEM 188 - Fornecimento e substituição da junta da placa de vidro/ trolley.	SV	8
189	GRUPO 24 - ITEM 189 - Fornecimento e substituição do triple válvula solenóide.	SV	8
190	GRUPO 24 - ITEM 190 - Fornecimento e substituição do manguito da calha de gotejamento SCC line 61-102.	SV	8
191	GRUPO 24 - ITEM 191 - Fornecimento e substituição do eletrodo 2 para ar quente SCC line 61.	SV	8
192	GRUPO 24 - ITEM 192 - Fornecimento e substituição do blower para burner NRG118 SCC WE.	SV	8
193	GRUPO 24 - ITEM 193 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
194	GRUPO 24 - ITEM 194 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 25 – FORNO COMBINADO iCOMBI PRO RATIONAL 10 GN'S

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
195	GRUPO 25 - ITEM 195 - Fornecimento e substituição de mangueira de aço trançada para gás com conexões macho/ fêmea de 3/4", com 1,5 m de comprimento e diâmetro interno 3/4".	SV	8
196	GRUPO 25 - ITEM 196 - Fornecimento e substituição do regulador de gás, modelo 76510 de 50kg/h, Pe. Max 18 Bar (amarelo).	SV	8
197	GRUPO 25 - ITEM 197 - Fornecimento e substituição da tubulação do dreno de CPVC (alta temperatura) de 50 mm (2") de 3 m, com as conexões;	SV	8
198	GRUPO 25 - ITEM 198 - Fornecimento e substituição do motor turbina com vedante radial de eixo		8
199	GRUPO 25 - ITEM 199 - Fornecimento e substituição da placa eletrônica display/ CPU SCC 61-202.	SV	8
200	GRUPO 25 - ITEM 200 - Fornecimento e substituição do MEAT PROBE SENSOR SCC 61-102 SCC line, SCC 61-102.	SV	8
201	GRUPO 25 - ITEM 201 - ITEM 4 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide double SCC line 230-240V.	SV	8
202	GRUPO 25 - ITEM 202 - Fornecimento e substituição da junta da placa de vidro/ trolley.	SV	8
203	GRUPO 25 - ITEM 203 - Fornecimento e substituição do triple válvula solenóide.	SV	8
204	GRUPO 25 - ITEM 204 - Fornecimento e substituição do manguito da calha de gotejamento SCC line 61-102.	SV	8
205	GRUPO 25 - ITEM 205 - Fornecimento e substituição do eletrodo 2 para ar quente SCC line 61.	SV	8

206	GRUPO 25 - ITEM 206 - Fornecimento e substituição do blower para burner NRG118 SCC WE.	SV	8
207	GRUPO 25 - ITEM 207 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.		8
208	GRUPO 25 - ITEM 208 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 26 - BATEDEIRA INDUSTRIAL 40 LITROS, MARCA HOBART, PLANETÁRIA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
209	GRUPO 26 - ITEM 209 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	8
210	GRUPO 26 - ITEM 210 - Fornecimento e substituição do conjunto de chave 3 velocidades	SV	8
211	GRUPO 26 - ITEM 211 - Fornecimento e troca da cuba em inox	SV	8
212	GRUPO 26 - ITEM 212 - Fornecimento e substituição dos garfos batedores	SV	8
213	GRUPO 26 - ITEM 213 - Fornecimento e substituição da chave temporizadora	SV	8
214	GRUPO 26 - ITEM 214 - Fornecimento e substituição da placa da chave temporizadora	SV	8
215	GRUPO 26 - ITEM 215 - Fornecimento e troca de óleo lubrificante compatível.	SV	8
216	GRUPO 26 - ITEM 216 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
217	GRUPO 26 - ITEM 217 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 27 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 25 L, MARCA SKYMSSEN E METVISA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
218	GRUPO 27 - ITEM 218 - Fornecimento e substituição de bucha de vedação.	SV	8
219	GRUPO 27 - ITEM 219 - Fornecimento e substituição de lâmina cortante.	SV	8
220	GRUPO 27 - ITEM 220 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8
221	GRUPO 27 - ITEM 221 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8
222	GRUPO 27 - ITEM 222 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
223	GRUPO 27 - ITEM 223 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
224	GRUPO 27 - ITEM 224 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 28 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 19 L SKYMSSEN E METVISA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
225	GRUPO 28 - ITEM 225 - Fornecimento e substituição de bucha de vedação.	SV	8
226	GRUPO 28 - ITEM 226 - Fornecimento e substituição de lâmina cortante.	SV	8
227	GRUPO 28 - ITEM 227 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8
228	GRUPO 28 - ITEM 228 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8
229	GRUPO 28 - ITEM 229 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
230	GRUPO 28 - ITEM 230 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
231	GRUPO 28 - ITEM 231 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 29 - BALCÃO TÉRMICO AQUECIDO PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CAPACIDADE PARA 06 GNS, MARCA ELVI, COZIL E FÊNIX COZINHAS, 220V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
232	GRUPO 29 - ITEM 232 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	15
233	GRUPO 29 - ITEM 233 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	15
234	GRUPO 29 - ITEM 234 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	15
235	GRUPO 29 - ITEM 235 - Fornecimento e substituição do botão liga/ desliga.	SV	15
236	GRUPO 29 - ITEM 236 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	15
237	GRUPO 29 - ITEM 237 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	15

GRUPO 30 - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS DE CESTO DE PASSAGEM, WINTERHALTER, SÉRIE PT, 220V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
238	GRUPO 30 - ITEM 238 - Fornecimento e substituição do tubo de aspiração para detergente.	SV	12
239	GRUPO 30 - ITEM 239 - Fornecimento e substituição do cilindro do filtro.	SV	12
240	GRUPO 30 - ITEM 240 - Fornecimento e substituição do campo de lavagem rotativo.	SV	12
241	GRUPO 30 - ITEM 241 - Fornecimento e substituição do filtro de aspiração da bomba.	SV	12
242	GRUPO 30 - ITEM 242 - Fornecimento e substituição do Ecrã (táctil).	SV	12
243	GRUPO 30 - ITEM 243 - Fornecimento e substituição do botão tecla iniciar.	SV	12
244	GRUPO 30 - ITEM 244 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide	SV	12
245	GRUPO 30 - ITEM 245 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	12
246	GRUPO 30 - ITEM 246 - Fornecimento e substituição de bomba de enxague/ lavagem.	SV	12
247	GRUPO 30 - ITEM 247 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	12
248	GRUPO 30 - ITEM 248 - Revisão dos motores (lavagem/enxágüe) com rebobinamento dos mesmos.	SV	12
249	GRUPO 30 - ITEM 249 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12
250	GRUPO 30 - ITEM 250 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12

GRUPO 31 - MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS DE CESTO DE PASSAGEM, WINTERHALTER, SÉRIE UF-M/ UF-L, 220V.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
251	GRUPO 31 - ITEM 251 - Fornecimento e substituição do tubo de aspiração para detergente.	SV	10
252	GRUPO 31 - ITEM 252 - Fornecimento e substituição do cilindro do filtro.	SV	10
253	GRUPO 31 - ITEM 253 - Fornecimento e substituição do campo de lavagem rotativo.	SV	10
254	GRUPO 31 - ITEM 254 - Fornecimento e substituição do filtro de aspiração da bomba.	SV	10
255	GRUPO 31 - ITEM 255 - Fornecimento e substituição do Ecrã (táctil).	SV	10

256	GRUPO 31 - ITEM 256 - Fornecimento e substituição do botão tecla iniciar.	SV	10
257	GRUPO 31 - ITEM 257 - Fornecimento e substituição da válvula solenóide	SV	10
258	GRUPO 31 - ITEM 258 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	10
259	GRUPO 31 - ITEM 259 - Fornecimento e substituição de bomba de enxague/lavagem.	SV	10
260	GRUPO 31 - ITEM 260 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10
261	GRUPO 31 - ITEM 261 - Revisão dos motores (lavagem/enxágüe) com rebobinamento dos mesmos.	SV	10
262	GRUPO 31 - ITEM 262 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
263	GRUPO 31 - ITEM 263 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 32 - FRITADEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA 80 LITROS, MARCA ELVI E COZI

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
264	GRUPO 32 - ITEM 264 - Fornecimento e substituição de resistências.	SV	10
265	GRUPO 32 - ITEM 265 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	10
266	GRUPO 32 - ITEM 266 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	10
267	GRUPO 32 - ITEM 267 - Fornecimento e substituição do volante com manivela.	SV	10
268	GRUPO 32 - ITEM 268 - Fornecimento e substituição do botão liga/ desliga.	SV	10
269	GRUPO 32 - ITEM 269 - Fornecimento e substituição do conjunto tomada steck 3P+T (macho e fêmea), 220 V.	SV	10
270	GRUPO 32 - ITEM 270 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
271	GRUPO 32 - ITEM 271 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 33 - PASS-THROUGH AQUECIDO COZIL, ELVI, FRIGER e FÊNIX COZINHAS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
272	GRUPO 33 - ITEM 272 - Fornecimento e substituição de resistência.	SV	12
273	GRUPO 33 - ITEM 273 - Fornecimento e substituição do aparelho controlador de temperatura digital.	SV	12
274	GRUPO 33 - ITEM 274 - Fornecimento e substituição de contactoras.	SV	12
275	GRUPO 33 - ITEM 275 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	12
276	GRUPO 33 - ITEM 276 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	12
277	GRUPO 33 - ITEM 277 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	12

GRUPO 34 – CORTADOR/ FATIADOR DE FRIOS , MARCAS: SKYMSSEN, METVISA e ELVI, 220V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
278	GRUPO 34 - ITEM 278 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	8
279	GRUPO 34 - ITEM 279 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	8
280	GRUPO 34 - ITEM 280 - Fornecimento e substituição do regulador de espessura.	SV	8
281	GRUPO 34 - ITEM 281 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga.	SV	8
282	GRUPO 34 - ITEM 282 - Fornecimento e substituição do motor	SV	8

283	GRUPO 34 - ITEM 283 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
284	GRUPO 34 - ITEM 284 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 35 – MOEDOR DE CARNE, MARCA SKYMPSEN, BERMAR, POLI, METVISA E C. A. F MÁQUINAS 220 V

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
285	GRUPO 35 - ITEM 285 - Fornecimento e substituição do capacitor.	SV	9
286	GRUPO 35 - ITEM 286 - Revisão do motor com rebobinamento.	SV	9
287	GRUPO 35 - ITEM 287 - Fornecimento e substituição do motor	SV	9
288	GRUPO 35 - ITEM 288 - Fornecimento e substituição da chave liga/desliga	SV	9
289	GRUPO 35 - ITEM 289 - Fornecimento e substituição do volante C22	SV	9
290	GRUPO 35 - ITEM 290 - Fornecimento e substituição da placa com furo 1/8 ou 3/16	SV	9
291	GRUPO 35 - ITEM 291 - Fornecimento e substituição da faca cruzeta C22	SV	9
292	GRUPO 35 - ITEM 292 - Fornecimento e substituição da arruela de fibra/ celeron	SV	9
293	GRUPO 35 - ITEM 293 - Fornecimento e substituição do eixo caracol	SV	9
294	GRUPO 35 - ITEM 294 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	9
295	GRUPO 35 - ITEM 295 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	9

GRUPO 36 - BALANÇA DIGITAL WELMY CAPACIDADE: 500 KG

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
296	GRUPO 36 - ITEM 296 - Aferição/ calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	8
297	GRUPO 36 - ITEM 297 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	8
298	GRUPO 36 - ITEM 298 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
299	GRUPO 36 - ITEM 299 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	8
300	GRUPO 36 - ITEM 300 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	8
301	GRUPO 36 - ITEM 301 - Fornecimento e substituição da fonte de alimentação.	SV	8
302	GRUPO 36 - ITEM 302 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
303	GRUPO 36 - ITEM 303 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 37 - BALANÇA DIGITAL DE SOLO FILIZOLA SLIM P600 CAPACIDADE: 600 KG

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
304	GRUPO 37 - ITEM 304 - Aferição/ calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	8
305	GRUPO 37 - ITEM 305 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	8
306	GRUPO 37 - ITEM 306 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
307	GRUPO 37 - ITEM 307 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	8
308	GRUPO 37 - ITEM 308 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	8

309	GRUPO 37 - ITEM 309 - Fornecimento e substituição da fonte de alimentação.	SV	8
310	GRUPO 37 - ITEM 310 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	8
311	GRUPO 37 - ITEM 311 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	8

GRUPO 38 - BALANÇA DIGITAL BALMAK ECONOMIC ELC - 15

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
312	GRUPO 38 - ITEM 312 - Aferição/ calibração com fornecimento de certificado de validade.	SV	10
313	GRUPO 38 - ITEM 313 - Fornecimento e substituição de visor digital.	SV	10
314	GRUPO 38 - ITEM 314 - Revisão da parte elétrica com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
315	GRUPO 38 - ITEM 315 - Fornecimento e substituição de placa eletrônica .	SV	10
316	GRUPO 38 - ITEM 316 - Fornecimento e substituição da célula de carga.	SV	10
317	GRUPO 38 - ITEM 317 - Fornecimento e substituição da fonte de alimentação.	SV	10
318	GRUPO 38 - ITEM 318 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	10
319	GRUPO 38 - ITEM 319 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	10

GRUPO 39 - FILTRO FITRALLI MODELO V8, ALTURA 145 CM, LARGURA 58 CM, DIÂMETRO 55 CM, PESO 270 KG, VAZÃO DE 4000 A 7000 L/H

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
320	GRUPO 39 - ITEM 320 - Manutenção preventiva incluindo a substituição dos Elementos filtrantes a base de cristais de quartzo.	SV	12
321	GRUPO 39 - ITEM 321 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais hidráulicos necessários, tipo: curva, luva roscada, válvula esfera, registro de esfera, etc.	SV	12

GRUPO 40 - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
322	GRUPO 40 - ITEM 322 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20
323	GRUPO 40 - ITEM 323 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20
324	GRUPO 40 - ITEM 324 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20
325	GRUPO 40 - ITEM 325 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20
326	GRUPO 40 - ITEM 326 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20
327	GRUPO 40 - ITEM 327 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20
328	GRUPO 40 - ITEM 328 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
329	GRUPO 40 - ITEM 329 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

GRUPO 41 - AR CONDICIONADO DE 30.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
------	-----------	-----	--------

330	GRUPO 41 - ITEM 330 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20
331	GRUPO 41 - ITEM 331 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20
332	GRUPO 41 - ITEM 332 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20
333	GRUPO 41 - ITEM 333 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20
334	GRUPO 41 - ITEM 334 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20
335	GRUPO 41 - ITEM 335 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20
336	GRUPO 41 - ITEM 336 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
337	GRUPO 41 - ITEM 337 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

GRUPO 42 - AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
338	GRUPO 42 - ITEM 338 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20
339	GRUPO 42 - ITEM 339 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20
340	GRUPO 42 - ITEM 340 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20
341	GRUPO 42 - ITEM 341 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20
342	GRUPO 42 - ITEM 342 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20
343	GRUPO 42 - ITEM 343 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20
344	GRUPO 42 - ITEM 344 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
345	GRUPO 42 - ITEM 345 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

GRUPO 43 - AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUs, MARCAS: ELGIN, CARRIER, TEMSPAR E AGRATTO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
346	GRUPO 43 - ITEM 346 - Fornecimento e substituição de contactora.	SV	20
347	GRUPO 43 - ITEM 347 - Fornecimento e substituição do compressor.	SV	20
348	GRUPO 43 - ITEM 348 - Fornecimento e substituição do termostato.	SV	20
349	GRUPO 43 - ITEM 349 - Fornecimento e substituição do micro motor ventilador	SV	20
350	GRUPO 43 - ITEM 350 - Fornecimento e substituição da placa.	SV	20
351	GRUPO 43 - ITEM 351 - Fornecimento e substituição do controle remoto.	SV	20
352	GRUPO 43 - ITEM 352 - Serviço emergencial nos casos de manutenção corretiva com fornecimento de materiais necessários.	SV	20
353	GRUPO 43 - ITEM 353 - Manutenção preventiva incluindo os serviços não relacionadas no grupo.	SV	20

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. No valor da contratação estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, portadas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is): **a) Rancho GAP-BE complexo I COMAR** – Av Júlio César, s/n – Souza, CEP: 66613-902 – Belém-PA; **b) Rancho GAP-BE complexo BABE** - Rodovia Arthur Bernardes, s/nº - Bairro Val-de-Cães, CEP: 66115-000, Belém-PA; **c) Rancho GAP-BE complexo COMARA** - Av. Pedro Álvares Cabral, 7115 – Marambaia, CEP: 66613-150 - Belém-PA; **d) Hospital de Aeronáutica de Belém** - Av. Almirante Barroso 3492 – Souza, CEP: 66613-710 - Belém-PA; e **e) Colégio Tenente Rêgo Barros** - Av. Julio Cesar S/N – Souza, CEP: 66613-902 - Belém-PA;

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição;

9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, haja vista que será prestação de serviço em regime de empreitada. O serviço será prestado conforme emissão de Nota de empenho.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	modelo de termo de contrato ATUALIZADO DEZ25
Data/Hora de Criação:	10/03/2026 17:41:58
Páginas do Documento:	24
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	25
Hash MD5:	eb7987364f498f123c4331d33d8ec607
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ANDERSON WILLIAM FONSÊCA BARBOSA no dia 10/03/2026 às 14:43:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten DRIELLY GISELLY BRITO PEREIRA no dia 10/03/2026 às 14:44:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FELIPE MAYWORM GERVASONI no dia 10/03/2026 às 14:50:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 24/04/2026 às 12:22:18 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM

Processo Administrativo nº 67215.006863/2025-11

Ata de Registro de Preços nºXX/XXXX

O(A)[*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*], com sede no(a) [*endereço*], na cidade de [*cidade*]/[*UF*], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [*CNPJ*], neste ato representado(a) pelo(a) [*cargo e nome*], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [*dia*] de [*mês*]de [*ano*], publicada no DOU de [*dia*] de [*mês*]de [*ano*], portador da Matrícula Funcional nº [*nº matrícula*], considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica* para REGISTRO DE PREÇOS nº 90019/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 67215.006863/2025-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação* sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos industriais e câmaras frigoríficas da seção de Subsistência do Grupamento de Apoio de Belém e Unidades Apoiadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCPe ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará um compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercadotornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Minuta da Ata Registro de Preços - Atualizada
Data/Hora de Criação:	10/04/2026 13:50:26
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	b1ae1de3f7ce0968384bf1e9522b7866
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int LIDIA BORGES AMBRÓSIO no dia 24/04/2026 às 12:22:19 no horário oficial de Brasília.

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

AO GAP-BE

A empresa _____, inscrita no CNPJ _____, apresenta a seguinte proposta relativa ao Pregão Eletrônico SRP nº 90019/GAP-BE/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.			
VALOR TOTAL			

Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte dias)

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

RESPONSÁVEL DESIGNADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO			
Nome			
CPF:	_____._____._____-____		
RG/ Órgão Emissor			
Telefone/fax para contato com a empresa	(____) _____-____		
Endereço eletrônico	_____@_____		
ENDEREÇO PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA:			
Logradouro		nº	
Complemento			
Bairro		CEP	
Município		UF	

Belém, ____ de _____ de 2026.

Representante legal da empresa